



Anais da Assembléia

Nº 111

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 17 DE AGOSTO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado DUÍLIO GENARI
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL	Deputado JOSE COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 09:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 07:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins Gonçalves; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 08:** Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 02:** Carlos Xavier Simões - José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Caño Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 76.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 1993

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Djalma de Almeida César e Júlio Bifon.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elío Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Namir Piacentini, Nelson Garcia, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (46). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Carlos Simões, Costenaro Neto, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin e Nelson Justus (08).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

Of. n° 1526/93

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva fixar, a partir de 1º de agosto do corrente, em CR\$ 77.609,30 (setenta e sete mil, seiscentos e nove cruzeiros reais e trinta

centavos) o vencimento básico dos cargos de Auditor e Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas.

Pretende, a medida ora encaminhada, assegurar remuneração proporcional à relevância das funções envolvidas, bem assim, evitar defasagem significativa em relação aos membros do Tribunal Pleno desta Casa.

De outro lado, a matéria está consentânea com a norma legal e não constitui qualquer privilégio isolado.

Certo de que o incluso anteprojeto de lei merecerá desta Colenda Casa o necessário apoio e a conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência a segurança do meu profundo respeito.

Sala das Sessões, em 17.08.93.

(a) RAFAEL IATAURO - Presidente

ANTEPROJETO DE LEI

SÚMULA: Fixa, conforme especifica, o vencimento básico mensal dos cargos de Auditor e Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 1º - O vencimento básico mensal dos cargos de Auditor e Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, fica fixado, a partir de 1º de agosto de 1993, em CR\$ 77.609,30 (setenta e sete mil, seiscentos e nove cruzeiros reais e trinta centavos).

Art. 2º - As despesas resultantes da execução desta lei, correrão à conta do orçamento próprio do Tribunal de Contas.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros previstos no artigo 1º, mantidas as demais disposições da Lei n° 10.092, de 05 de outubro de 1992.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2941

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 395/93, que estabelece normas para concessão de certidões negativas para Prefeituras.

Sala das Sessões, em 17.08.93.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 2967

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de

Urgência para o Projeto de Lei n° 399/93,
Mensagem Governamental n° 039/93.

Sala das Sessões, em 17.08.93.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2940

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada do Projeto de Lei Complementar n° 046/93, de autoria do Deputado Anibal Khury, da Ordem do Dia de hoje por 05 (cinco) sessões.

Sala das Sessões, em 17.08.93.

(a) OSWALDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 2946

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei Complementar n° 46, que revoga o artigo 7° da Lei Complementar n° 46.

Sala das Sessões, em 17.08.93.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 2986

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido Plenário e retirada por 01 sessão do Projeto de Lei n° 348/92 da Ordem do Dia da presente.

Sala das Sessões, em 17.08.93.

(a) ERNANI PUDELL

REQUERIMENTO N° 2966

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem, após ouvido o Plenário, com fulcro nos arts. 34 e 35, ambos do Regimento Interno desta Casa de Leis - Resolução 159/90 - REQUERER, como requerido tem a criação de uma COMISSÃO ESPECIAL, com amplitude externa - item III, art.34 do R.I. - composta por sete (7) membros, para acompanhar, junto ao Congresso Nacional, os trabalhos da REVISÃO CONSTITUCIONAL, pelo prazo de seis (6) meses.

Sala das Sessões, em 17.08.93.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2935

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento de Célio da Conceição Moraes, ocorrido no dia 07 do corrente. Trata-

-se de pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos, recebendo ampla manifestação de sentimentos diante de seu passamento. É uma grande perda e deixou muitas saudades em todos!

Sala das Sessões, em 17.08.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2936

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento de Leonor Ordakóski Cabral, ocorrido em 09 do corrente, nesta Capital. Trata-se de pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos, deixando muitas saudades. Recebeu ampla manifestação de sentimentos diante de seu passamento. É uma grande perda para todos!

Sala das Sessões, em 17.08.93

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2938

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições que lhe confere o Regimento Interno deste Poder, REQUER após ouvido o Plenário, a transcrição em Ata da presente Sessão, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Valdemar Antonio Nicoletti, ocorrido no dia 17/08/93, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 17.08.93

(a) HERMAS BRANDAO

JUSTIFICATIVA:

Valdemar Antonio Nicoletti foi um dos primeiros moradores de Andirá. Chegou ao Município quando aquela região do Norte Pioneiro começava seu desbravamento. Tudo estava por fazer, mas com determinação, coragem e trabalho ajudou a construir a Andirá de hoje rica e próspera. Faleceu aos 66 anos, deixando viúva a Senhora Emília Nicoletti e dois filhos Tadeu Nicoletti e Maria Aparecida Nicoletti.

REQUERIMENTO N° 2951

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, vem REQUERER, após ouvir o Plenário, seja registrado nesta Casa um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Ildefonso Sena Filho, conhecido pela alcunha de Licas, no dia 13 do corrente, que exerceu mandato de Prefeito Municipal de Borrazópolis por três gestões, nos períodos de 1960 a 1964, 1969 a 1971 e de 1977 até 1982.

Pede, ainda, o requerente seja enviado à família enlutada os votos de pesar deste Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 17.08.93

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2969

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Eudelir Daniel Jansen, ocorrido dia 14 de agosto, na cidade de Ponta Grossa.

Pessoa de grande estima e caráter perante a sociedade ponta-grossense, e que com certeza causará grande falta para a família e todos os ponta-grossenses.

Sala das Sessões, em 17.08.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2970

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. João Felipe Becher Primo, ocorrido em Ponta Grossa, dia 10 de agosto.

O Sr. João, era viúvo da Sra. Ely Schwab Becher, tinha como filhos: Alice Lascoski, João Becher e Maria Becher.

A passagem do Sr. João deixará muitas saudades tanto na família como na sociedade ponta-grossense.

Pessoa prestimosa, de grande caráter, que preocupava-se com a situação do irmão desamparado.

Sala das Sessões, em 17.08.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2981

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do piloto curitibano Maximiliano Fontana da Silva, no dia 11 de agosto próximo passado, na localidade de Tatuai, Estado de São Paulo.

Que do teor do presente dê-se ciência, além da família enlutada, ao Aeroclube do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 17.08.93

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Campeão mundial de acrobacia na categoria estreante, o piloto Maximiliano Fontana da Silva foi considerado o melhor piloto estrangeiro nos Estados Unidos, recebendo o prêmio ET (literalmente Extraterrestre) entre todas as categorias.

Piloto da VASP, 34 anos, era casado com D. Vera Fontoura da Silva e pai de uma menina. O piloto era considerado expressamente, audacioso e respeitado por todos os colegas de profissão.

Seu falecimento decorreu de choque durante a realização de acrobacia na Cidade

Curitiba, terça, em 17.08.93

de Tatuai, Estado de São Paulo, na última semana. O passamento foi sentido em toda a nossa sociedade, dentre os muitos amigos conquistados e cativados pela personalidade singular do jovem piloto Maximiliano Fontana da Silva.

REQUERIMENTO N° 2947

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, REQUER, seja inserido na Ata dos trabalhos da presente Sessão, votos de congratulações pela passagem do 1° aniversário de emancipação política do município de Angulo, a ser comemorado no próximo dia 03 de setembro do corrente ano.

Requer ainda, que do presente se dê ciência às autoridades abaixo nominadas:

- Sr. Angelo de Adélio Marostica
Digníssimo Prefeito Municipal
- Sr. Jeferson Xavier dos Santos
Digníssimo vice-Prefeito Municipal
- Ilustríssimos Senhores Vereadores:
Joaquim da Costa
Pedro Moraes
Maria de Lourdes Laureano
Moisés Gomes da Silva
Erivaldo Lourenço da Silva
Miltom Pereira
Donizete Fernandes de Lima
João Risardo
José Assis de Oliveira

* Endereço: Rua Maringá, s/n° - Angulo-PR

CEP: 86.750-000

- Excelentíssimo Senhor
Padre Antônio Cesnik
Digníssimo Pároco
Paróquia Nossa Senhora Aparecida
Praça Matriz, s/n° - Iguaçu/PR
CEP: 86.750-000

Sala das Sessões, em 17.08.93

(a) JOAO PREIS

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem a preocupação de homenagear a valorosa população do município de Angulo, inegavelmente, a principal peça na engrenagem da administração municipal que, com dedicação, sacrifício e espírito de trabalho ajuda, dia-a-dia, a construir o município, em todos os setores da atividade municipal.

O ideal daquele povo de ver a sua localidade emancipar-se tornou-se realidade, porém, tal conquista resultou da luta de incansáveis homens que não se deixaram levar pelas dificuldades enfrentadas, mas fincaram este marco na história do Paraná.

A Administração do Prefeito Angelo de Adélio Marostica e do vice-Prefeito Jeferson Xavier dos Santos tem superado todas as expectativas, atendendo, numa faixa de

prioridade, a educação e a saúde.

Angulo cresce, dentro de um planejamento sério, organizado e eficaz, onde todos os setores da administração convergem para um ponto comum: o bem-estar da Comunidade.

É portanto, motivo de grande júbilo para todos os paranaenses a comemoração do 1º aniversário do Município de Angulo.

A este júbilo, este Deputado se associa como representante do povo, congratulando-se com seus dirigentes e seu corpo de funcionários, desejando àquele povo trabalhador, felicidades, e que dentro dos princípios de direito prossiga em seus trabalhos até alcançar a paz e prosperidade desejada.

REQUERIMENTO N° 2971

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulações ao Grupo Xavier, pelo lançamento do Shopping Mitai, na Cidade de Ponta Grossa.

Na noite de 5 de agosto a ACIPG, sediou o lançamento do Shopping Center Mitai, a área empresarial de Ponta Grossa, o evento teve por finalidade apresentar aos lojistas da cidade e região, todo o trabalho desenvolvido, colocando a público, a locação dos diversos pontos comerciais distribuídos no Shopping.

O Shopping Mitai, nome guarani, que significa "menino pequeno", abrigará 61 lojas e 6 quiosques, gerando a princípio 300 novos empregos diretos.

O local deverá ser inaugurado oficialmente em abril de 1994, traz um esquema comercial ativo, que tem vida própria, onde cerca de três a quatro mil pessoas circularão diariamente.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Grupo Xavier, em nome de José Olímpio Paula Xavier em Ponta Grossa.

REQUERIMENTO N° 2975

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente oficial da Casa ao Presidente da Federação Paranaense de Beisebol, Sr. Oscar Nampo e ao Presidente da Associação Cultural e Esportiva de Londrina - ACEL, Sr. Nobuo Cassa, aos Jogadores e Comissão Técnica, parabenizando-os pela realização, na Cidade de Londrina, do Campeonato Mundial de Beisebol Júnior.

Sala das Sessões, em 17.08.93

(a) EMILIA BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Durante 15 dias, o Brasil e outros 9

países disputaram, em Londrina, o Campeonato Mundial de Beisebol Júnior. Para grande orgulho de todos nós, a equipe brasileira obteve o título de campeã mundial na categoria.

O evento esportivo cumpriu o papel de divulgar e popularizar o beisebol no Brasil. Para isso, contribuiu decisivamente a excelente organização da ACEL e da Federação Paranaense de Beisebol, ambas estabelecidas em Londrina, Rua Paulo Kawassaki, n° 101, 80060-200 e Rua Teresina, n° 86-A, 86020-200, respectivamente.

Cumpra a nós, que participamos da vida paranaense, parabenizar, com o registro neste Poder Legislativo, tão importante conquista, não nos esquecendo principalmente dos excelentes Jogadores e Comissão Técnica que diante de seus esforços nos proporcionaram tão belo espetáculo.

REQUERIMENTO N° 2980

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder votos de congratulações ao artista plástico Ronaldo Roque Vargas, pela realização da exposição de pinturas a óleo no Espaço Cultural do Banco BANESPA, nesta Capital, entre os dias 26 de julho e 13 de agosto próximo passado.

Sala das Sessões, em 17.08.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Nascido em Dionísio Cerqueira, Santa Catarina, em 1960, Ronaldo Vargas fez o curso Superior na Escola de Belas Artes, em Curitiba, em 1980, realizando, a seguir, inúmeras exposições individuais e coletivas no Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo.

Conquistou diversos prêmios, dentre os quais: Jovem Arte Sul América (81) - Teatro Guaíra - Curitiba/PR: Mostra do Desenho Brasileiro (81 e 83) - Teatro Guaíra - Curitiba/PR: Salão Paranaense (82/83) - Curitiba/PR.

Neste ano, mais uma vez os belos óleos de Ronaldo Vargas foram expostos ao público, na seleção denominada "A Cidade e o Tempo" que teve lugar no espaço cultural do Banco BANESPA, nesta Capital, e alcançou grande repercussão entre os meios culturais curitibanos.

REQUERIMENTO N° 2982

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado voto de congratulação aos Senhores Pedro Fontana e Amarildo Verdi, pe-

la vitória na eleição a Prefeito e Vice-Prefeito, do Município de Saudade do Iguaçu, no pleito extraordinário realizado em 15 de agosto do corrente.

Sala das Sessões, em 17.08.93.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

JUSTIFICATIVA:

Em eleição extraordinária realizada no último dia 15 de agosto, no Município de Saudade do Iguaçu, foram eleitos para Prefeito e vice-Prefeito, os Senhores Pedro Fontana e Amarildo Verdi, com uma votação de 1190 sufrágios.

Esses dois homens demonstram o carisma que conquistaram junto àquela população, que certamente muito receberá em troca, pois tratam-se de pessoas honestas, dignas e competentes, que vivem e conhecem os problemas dos seus concidadãos, e por isso saberão muito bem dirigir os destinos daquele Município, que embora instalado em janeiro deste ano, muito terá a oferecer ao Paraná.

REQUERIMENTO N° 2976

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência o encaminhamento da seguinte proposição, ao Senhor Procurador Geral da República, Doutor Aristides Junqueira, e ao Senhor Secretário da Segurança Pública do Distrito Federal:

"No último dia 10 ocorreu em Brasília um crime que vem causando a revolta de todo cidadão consciente do País: o jovem de 16 anos, Marcos Antônio Velasco Pontes, foi vítima de um brutal assassinato, praticado por jovens integrantes de uma gangue e, segundo o inquérito competente, foi premeditado. Esse tipo de violência (desordens, brigas entre gangues que espancam até a morte, etc) é hoje, em Brasília, uma realidade que não mais é possível ser controlada pela Polícia. E ainda, a operação dessa é impedida pela Secretaria de Segurança para que não se corra o risco de "filhos de pessoas importantes acabarem no camburão" (conforme notícia publicada pela imprensa nacional).

Na defesa dos direitos humanos, apelamos às nobres Autoridades para que a lei pertinente seja aplicada com rigor. Se as pessoas importantes não sabem cuidar de seus filhos, evitando que esses usem drogas e a violência como esporte, devem os mesmos ser isolados do convívio da sociedade. Assim como as academias de arte marcial, capoeira e outras, que desviaram-se de seus fins nobres, de ensinar aos jovens a disciplina e a firmeza e retidão de caráter, devem ser suprimidas.

Nenhum atentado à dignidade humana pode ser justificado. Se nos omitirmos dian-

te de tamanha brutalidade e selvageria vindas de gangues formadas por jovens de nossa sociedade, amanhã teremos que admitir os esquadrões da morte e a fabricação de criminosos.

Estas as razões que levam este Deputado e comunicador da área policial, a encaminhar o presente apelo no sentido de que a justiça seja feita e a lei respeitada e aplicada com rigor.

Sala das Sessões, em 17.08.93.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2972

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas, REQUER envio de mensagem ao Senhor Rafael Valdomiro Greca de Macedo, Prefeito do Município de Curitiba, Capital do Estado do Paraná solicitando que a Prefeitura estabeleça um diálogo com os servidores da Secretaria Municipal de Saúde.

Sala das Sessões, em 17.08.93.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Os servidores da Secretaria de Saúde do Município de Curitiba iniciaram uma mobilização reivindicando melhores condições de trabalho e reajustes salariais.

Em virtude desta situação e reconhecendo que é inerente ao processo democrático a negociação entre as partes envolvidas em conflitos trabalhistas, estamos solicitando que a Prefeitura de Curitiba estabeleça um diálogo com os servidores municipais que dentro das liberdades constitucionais paralisaram suas atividades.

Independente do mérito específico envolvido na atual greve (direito constitucional com base no Artigo 9° da Constituição Federal) dos servidores municipais da saúde, nos parece que a disposição para a negociação é fundamental, demonstrando - de ambas as partes - o interesse real para o equacionamento das diferenças. É incompatível com o modelo social que estamos procurando criar, baseado nas liberdades democráticas e na justiça social, a recusa do poder público de "sentar à mesa", apresentar suas propostas e, através do debate democrático, chegar a encaminhamentos positivos.

É também incompatível negar a liberdade de organização dos trabalhadores, assim como atos de autoritarismo e opressão, como por exemplo demissões e suspensões, por parte da administração pública.

Solicita também que o envio se dê por FAX e urgente.

REQUERIMENTO N° 2948

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, Mário Pereira, solicitando a pavimentação com pedras irregulares da estrada rural que interliga a BR-272 à comunidade de Alto do Riozinho, no Município de Farol.

Trata-se de uma estrada de enorme utilidade, tanto para os proprietários rurais como também para o percurso de atendimento através de ônibus que transporta os escolares desta região para a sede do Município.

Que essa Secretaria de Estado, avalie, e dê o necessário respaldo a tão justa solicitação.

Sala das Sessões, em 17.08.93

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2949

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário da Saúde, Dr. Nizan Pereira, solicitando a doação de um Gabinete Odontológico, destinado ao Centro de Saúde do Município de Corumbataí do Sul.

Tal medida visa ampliar o atendimento à população, constituída de um número significativo de pessoas de baixa renda e que necessitam dos cuidados Odonto-Laboratoriais.

Que essa Secretaria de Estado, avalie, e dê o necessário respaldo a tão justa solicitação.

Sala das Sessões, em 17.08.93

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2952

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção de 300 (trezentos) módulos sanitários no Município de Douradina.

Sala das Sessões, em 17.08.93

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, em razão da população do Município ser de trabalhadores rurais volantes e residem, na sua maioria, na periferia.

Assim, face a falta de oferta de emprego na cidade, saem para outras regiões em busca de trabalhos, e ao retornarem podem estar trazendo algum tipo de doença em razão da péssima condição de higiene em que vivem.

A construção de tais módulos sanitá-

rios visa evitar tal problema, servindo como um meio eficaz no combate a contaminação e a propagação de doenças.

REQUERIMENTO N° 2953

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção de 300 (trezentos) módulos sanitários no Município de Brasilândia do Sul.

Sala das Sessões, em 17.08.93

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, em razão da população do Município ser de trabalhadores rurais volantes e residem, na sua maioria, na periferia.

Assim, face a falta de oferta de emprego na cidade, saem para outras regiões em busca de trabalhos, e ao retornarem podem estar trazendo algum tipo de doença em razão da péssima condição de higiene em que vivem.

A construção de tais módulos sanitários visa evitar tal problema, servindo como um meio eficaz no combate a contaminação e a propagação de doenças.

REQUERIMENTO N° 2954

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção de 300 (trezentos) módulos sanitários no Município de Alto Piquiri.

Sala das Sessões, em 17.08.93

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, em razão da população do Município ser de trabalhadores rurais volantes e residem, na sua maioria, na periferia.

Assim, face a falta de oferta de emprego na cidade, saem para outras regiões em busca de trabalhos, e ao retornarem podem estar trazendo algum tipo de doença em razão da péssima condição de higiene em que vivem.

A construção de tais módulos sanitários visa evitar tal problema, servindo como um meio eficaz no combate a contaminação e a propagação de doenças.

REQUERIMENTO N° 2955

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção de 300 (trezentos) módulos sanitários no Município de Assis Chateaubriand.

Sala das Sessões, em 17.08.93

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, em razão da população do Município ser de trabalhadores rurais volantes e residem, na sua maioria, na periferia.

Assim, face a falta de oferta de emprego na cidade, saem para outras regiões em busca de trabalhos, e ao retornarem podem estar trazendo algum tipo de doença em razão da péssima condição de higiene em que vivem.

A construção de tais módulos sanitários visa evitar tal problema, servindo como um meio eficaz no combate a contaminação e a propagação de doenças.

REQUERIMENTO N° 2956

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção de 300 (trezentos) módulos sanitários no Município de Altônia.

Sala das Sessões, em 17.08.93

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, em razão da população do Município ser de trabalhadores rurais volantes e residem, na sua maioria, na periferia.

Assim, face a falta de oferta de emprego na cidade, saem para outras regiões em busca de trabalhos, e ao retornarem podem estar trazendo algum tipo de doença em razão da péssima condição de higiene em que vivem.

A construção de tais módulos sanitários visa evitar tal problema, servindo como um meio eficaz no combate a contaminação e a propagação de doenças.

REQUERIMENTO N° 2957

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário

rio de Estado da Saúde, solicitando a construção de 500 (quinhentos) módulos sanitários no Município de Ibaiti.

Sala das Sessões, em 17.08.93

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, em razão da população do Município ser de trabalhadores rurais volantes e residem, na sua maioria, na periferia.

Assim, face a falta de oferta de emprego na cidade, saem para outras regiões em busca de trabalhos, e ao retornarem podem estar trazendo algum tipo de doença em razão da péssima condição de higiene em que vivem.

A construção de tais módulos sanitários visa evitar tal problema, servindo como um meio eficaz no combate a contaminação e a propagação de doenças.

REQUERIMENTO N° 2958

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção de 500 (quinhentos) módulos sanitários no Município de Jacarezinho.

Sala das Sessões, em 17.08.93

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, em razão da população do Município ser de trabalhadores rurais volantes e residem, na sua maioria, na periferia.

Assim, face a falta de oferta de emprego na cidade, saem para outras regiões em busca de trabalhos, e ao retornarem podem estar trazendo algum tipo de doença em razão da péssima condição de higiene em que vivem.

A construção de tais módulos sanitários visa evitar tal problema, servindo como um meio eficaz no combate a contaminação e a propagação de doenças.

REQUERIMENTO N° 2959

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção de 800 (oitocentos) módulos sanitários no Município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 17.08.93

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresen-

tada, em razão da população do Município ser de trabalhadores rurais volantes e residem, na sua maioria, na periferia.

Assim, face a falta de oferta de emprego na cidade, saem para outras regiões em busca de trabalhos, e ao retornarem podem estar trazendo algum tipo de doença em razão da péssima condição de higiene em que vivem.

A construção de tais módulos sanitários visa evitar tal problema, servindo como um meio eficaz no combate a contaminação e a propagação de doenças.

REQUERIMENTO N° 2968

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Esporte e Turismo, solicitando que seja reestruturado o setor turístico dos Campos Gerais.

Ponta Grossa tem o Parque de Vila Velha, Buraco do Padre, Capão da Onça e outros. O município de Castro tem a Prainha que, apesar de estar completamente abandonada, pode ser um dos principais pontos de atração, se sofrer certas modificações na sua atual estrutura. A Prainha tem a oferecer o Rio Iapó, que dentro de condições normais, certamente atrairá pela sua beleza natural.

O Município de Tibagi tem uma das maiores belezas naturais do mundo, o Canyon Guartelã, o 6° maior do mundo.

Diante de todas estas evidências, solicitamos uma solução definitiva para os devidos investimentos no setor turístico.

Infelizmente, falta planejamento especial para abranger os municípios da região e o potencial de cada um.

Sala das Sessões, em 17.08.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2977

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado ao Corregedor Geral da Polícia Civil do Paraná, solicitando providências para denúncias contra a Delegacia de São José dos Pinhais.

Que do teor do presente dê-se ciência ao engenheiro Sérgio Costa, à Rua Arapongas, 460, no município de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 17.08.93

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Conforme poderá ser verificado pela correspondência que segue apensa ao presente requerimento, o engenheiro Sérgio da Costa, morador em São José dos Pinhais,

teve uma propriedade invadida, da qual foram furtados vários objetos. Diante disso, foi registrada a queixa de furto sob n° 577/93, na Delegacia de Polícia de São José dos Pinhais.

No dia 08 de abril próximo passado, o engenheiro Sérgio da Costa descobriu aonde se encontrava parte dos objetos furtados e levou até o local o detetive Santos da Delegacia de São José, entretanto nenhuma providência foi tomada pela autoridade policial.

Preocupado com a má vontade daquela Delegacia o interessado procurou o Ministério Público, que também não obteve êxito na intervenção junto à Delegacia de São José dos Pinhais. Diante disto, solicitamos as devidas providências da Corregedoria de Polícia para solução do caso ora apresentado.

REQUERIMENTO N° 2978

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente do Poder Legislativo ao DSTC da Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando instalação de mais um ônibus na linha Belo Rincão, da Empresa Santo Antonio, no horário das 7:00 horas.

Sala das Sessões, em 17.08.93

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A providência solicitada viria facilitar o transporte dos moradores do Bairro Belo Rincão, no horário em questão, quando estão se deslocando de suas residências em direção ao trabalho e/ou estudos, já que atualmente há apenas um ônibus servindo a população no horário apontado.

Essa deficiência faz com que o ônibus das 07 horas circule lotado, muito lento, prestando, enfim, um serviço de péssima qualidade.

REQUERIMENTO N° 2979

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente do Poder Legislativo à Companhia de Telecomunicações do Paraná, TELEPAR, solicitando a instalação de um telefone público comunitário na creche Jardim Esmeralda, localizada na R. Leônicio L. Cortiano, 100, bairro Xaxim, nesta Capital.

Que do teor do presente dê-se ciência à Secretaria Municipal da Criança de Curitiba, Senhora Fany Lerner, e à Diretora da creche supramencionada Solange Fernandes.

Sala das Sessões, em 17.08.93

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Conforme poderá ser verificado pelo abaixo-assinado que segue anexo ao presente requerimento, a solicitação justifica-se pelo fato da creche Jardim Esmeralda não possuir telefone próprio e da retirada dos telefones públicos nas proximidades, em função de constantes depredações.

A situação agrava-se com a necessidade constante da creche em manter contato com os pais das crianças, hospitais ou serviço de rádio-patrolha, entre outros.

A creche dispõe de vigilante que ficaria encarregado, pela Direção, a zelar pela conservação do aparelho instalado.

REQUERIMENTO N° 2939

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e Parlamentares, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inscrito nos Anais da Casa, pronunciamento conforme: em anexo.

Sala das Sessões, em 17.08.93

(a) JOÃO IENSEN

REQUERIMENTO N° 2950

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a Transcrição nos Anais da Casa do comentário publicado no Jornal Gazeta do Povo, do dia 12 de agosto do ano em curso, intitulado "Quando Paranaguá tinha 259 anos", de lavra do Advogado Dirceu de Camargo Viana.

Sala das Sessões, em 17.08.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 011/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área abaixo especificada, para que a população decida sobre a criação do Município de Ouro Verde do Sul, desmembrado do Município de Sengés, com as seguintes divisas:

"Com o Município de Sengés:

Começa na foz do Arroio Pessegueirinho, no Rio Jaguaricatú, sobe pelo Rio Pessegueirinho, até sua cabeceira mais alta, de onde, em reta alcança a estrada Municipal 101, segue por esta em direção da Sede do Município de Sengés, até o divisor de águas do Ribeirão da Janela e Córrego Capivari segue por este divisor, atravessando a Serra das Antas, alcançando a cabeceira de um afluente do Ribeirão São Domingos, desce por este afluente até sua cabeceira mais alta, desta segue em linha seca e reta até a cabeceira mais alta, do

Rio Toca Feia, segue por este até sua foz no Rio Itararé.

Com o Estado de São Paulo:

Começa na foz do Rio Toca Feia no Rio Itararé, sobe por este e em continuação sobe pelo Rio Bandeirantes ou Égua Morta, até sua cabeceira, daí em reta até a cabeceira do Rio Itapirapuã, pelo qual desce até a foz do Ribeirão do Xaxim.

Com o Município de Doutor Ulysses:

Começa na foz do Ribeirão Xaxim, no Rio Itapirapuã, sobe pelo Ribeirão Xaxim até sua cabeceira e daí, em reta, até a cumiada da Serra do Paranapiacaba, segue pela cumiada da Serra, em sentido Sudoeste até alcançar a cabeceira do Rio Jaguaricatu.

Com o Município de Jaguariaíva:

Começa na cabeceira do Rio Jaguaricatu, desce por este até a foz do Arroio Pessegueirinho, ponto de partida."

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 17.08.93

(a) ERONDY SILVÉRIO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 410/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública, de acordo com a Lei n° 6.994, de 10 de janeiro de 1978, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro na Comarca de Umuarama, mantenedora da Escola Especial "Nice Braga" da cidade de Umuarama, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.08.93.

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

A entidade acima, que se pretende declarar de Utilidade Pública, preenche todos os requisitos exigidos pela Lei n° 6.994 de 10 de janeiro de 1978. Pouca coisa poderíamos citar com referência ao atendimento por ela prestado, haja vista que está tudo detalhado, no relatório referente ao exercício de 1992 anexo ao presente Projeto de Lei. Fundada em 13 de outubro de 1971, de acordo com a aprovação de seus estatutos, é declarada de Utilidade Municipal e Federal.

PROJETO DE LEI N° 411/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção a Mater-

nidade e a Infância, com sede e foro no município de Nova Aliança do Ivaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.08.93.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A entidade, que busca seu reconhecimento como de Utilidade Pública, desempenha várias atividades de assistência à maternidade e à Infância, priorizando o bem-estar e a saúde das crianças e ainda o auxílio e informação às gestantes, desde de 1968.

Dentre estas atividades, salienta-se a completa assistência à gestante, que vai desde a higiene pessoal até os cuidados após o parto. Dando para isto, atendimento médico e alimentar tanto às crianças quanto às gestantes que se encontrem em estado de desnutrição.

Visando não só remediar, mas também prevenir os problemas que assolam a população mais carente, a entidade realiza atividades atinentes à educação e proteção de crianças abandonadas e cujas mães trabalham fora do lar, e ainda, o tratamento de crianças portadores de deficiências físicas, entre outras funções.

A uma entidade que desempenha tão nobres tarefas, nada mais justo que o seu reconhecimento como de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 412/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná, autorizado a estadualizar as estradas vicinais SÁTIRO-CASCATA, no trecho compreendido entre a PR-489 à estação experimental do IAPAR - no município de Xambê.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.08.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Lastimável é o problema da conservação de trechos rodoviários em todo o Estado do Paraná, dada a precariedade de recursos para sua conservação.

Os trechos rodoviários destinados ao escoamento de safras devem ter sua conservação priorizada, facilitando sua comercialização e produzindo riquezas que permitam o desenvolvimento do Estado.

Não dispondo os municípios interligados de recursos indispensáveis à conservação da mesma é que motivaram a apresentação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 413/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar e instalar o Colégio Agrícola Estadual - Ensino de 2º grau, no município de IBAITI.

Art. 2º - O terreno para a instalação do Colégio Agrícola já foi declarado de Utilidade Pública sob o Decreto nº 065/93, de 05.03.93, uma área de 41,5 alqueires, localizado na Fazenda Marimbondo, com Sede e Comarca no Município de IBAITI.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.08.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Fundamenta-se tal pretensão essencialmente nas aspirações de há muito pela comunidade e lideranças municipais e regionais, com vistas a oferecer à região a melhor qualidade de ensino aos jovens que terão oportunidade de permanecerem entre os seus e, que num futuro próximo tenham chance de trabalho junto às populações tradicionalmente vinculada à agropecuária.

Considerando tais fatores e movidos por fatores que determinam a urgente necessidade de investir no homem do campo e no crescimento da região, estimulando os sentimentos de solidariedade com população trabalhadora, pois trata-se de dispositivo de relevante peso social, constituindo-se numa iniciativa que abrirá oportunidade para os jovens de toda a vasta região de Ibaíti.

O grande desenvolvimento econômico-social da região determina um tratamento todo especial por parte das autoridades estaduais, permitindo um acesso mais rápido à moderna tecnologia.

Entendemos que a pretensão em causa tem a mais alta procedência técnica e social, e que por vários motivos devemos aplicar os mais elementares preceitos de amor e fraternidade, resgatando uma antiga reivindicação da população da região.

Com o presente estaremos homenageando todos os jovens que frequentarão o futuro Colégio Agrícola de Ibaíti, cuja aprovação pelo Legislativo Paranaense será como banhar com a luz da esperança a face de toda a população regional.

PROJETO DE LEI Nº 414/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a instituir o PROGRAMA MUTIRÃO CONTRA A FOME, no Estado do Paraná, objetivando a distribuição de gêneros alimentícios de primeira necessidade, para famí-

lias de desempregados ou com renda mensal de até 01 (um) salário mínimo.

Art. 2º - Os recursos para a manutenção do Programa, serão realizados através de dotação orçamentária do Estado, das empresas, das Prefeituras Municipais, das comunidades, de entidades beneficentes de assistência social e de outros segmentos.

Art. 3º - Será formado um Conselho Municipal responsável pela distribuição dos gêneros alimentícios, composto por representantes de professores, funcionários públicos, pais, comunidades pastorais e associações de bairros.

Parágrafo Único - Compete ao Conselho Municipal efetuar o cadastramento das famílias a serem beneficiadas pelo referido Programa.

Art. 4º - A aplicação do Programa poderá ocorrer extensivamente como reforço à Merenda Escolar, distribuída nas redes de ensino público.

Art. 5º - Os locais para a distribuição serão as Escolas Estaduais e Municipais.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após sua publicação.

Art. 7º - Ao Governo do Estado caberá promover forte campanha publicitária para divulgação do Programa junto à comunidade paranaense.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.08.93.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

No Brasil, hoje, mais de 100 milhões de habitantes não se alimentam suficientemente. São desnutridos e subnutridos.

No Estado do Paraná, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - 1,88 milhões de pessoas são consideradas indigentes. Este número significa 20.7% da população paranaense.

Dados do Governo Estadual revelam que oito Municípios têm 24.455 famílias indigentes, quase o mesmo número de indigentes de Curitiba, que hoje soma 27.574 famílias. Isso representa pessoas, cujas rendas familiares não permite a aquisição de uma cesta básica de alimentos. Indigência, aqui significa "fome". É uma prova de que no Estado do Paraná, considerado "o maior Estado produtor de grãos", a média é superior às médias de indigência das regiões Sudeste, Norte e Centro-Oeste do Brasil.

Diante deste triste quadro, não podemos nos omitir. Devemos nos conscientizar que o empobrecimento crescente da população, só será sanado com a justa repartição dos bens, através de medidas de caráter social e emergencial a exemplo da que ora propomos.

Curitiba, terça, em 17.08.93

A Constituição Estadual, no Art. 165, trata da seguridade social, onde diz:

"Art. 165 - O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio."

A instituição do referido Programa vem de encontro ao preceito constitucional acima citado, pois destina-se prioritariamente a combater a fome dessas famílias necessitadas, através da cooperação, de um verdadeiro "MUTIRÃO", solidário e participativo, visando o bem comum.

Sendo assim, de relevante importância a medida proposta, contamos com o apoio dos Nobres Pares com assento nesta Casa.

PROJETO DE LEI N° 415/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Fundação do Bem Estar do Menor, com sede e foro no Município de Pinhã-PR.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.08.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Buscando as mais variadas formas, realizar um trabalho de atendimento aos menores, a Fundação nesses anos todos, tem realizado um perfeito serviço de utilidade pública.

O mérito das realizações internas, onde em sistema de semi-internato são atendidos quase 100 (cem) crianças, consiste na ativação permanente de serviços de pinturas em tecidos, artesanato em madeira, ativação de viveiros, e ainda complementando na parte educacional o incentivo a leitura, e ainda a cada final de ano é elaborado com fartura de detalhes um presépio confeccionado pelos assistidos.

Todas as atividades pedagógicas, recebem orientações diretas dos setores competentes da municipalidade, e por essa razão a Fundação do Bem Estar do Menor, merece o incentivo dos poderes competentes, como o presente Projeto de Lei, ora apresentado. (Documentação em anexo).

PROJETO DE LEI N° 416/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Município de São Jerônimo da Serra o "Hospital São Jerônimo" de propriedade do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Ficam municipalizados os ~~serviços de saúde~~, bem como a transferência dos bens imóveis, móveis, semoventes, instalações e equipamentos pertencentes ao referido hospital.

Art. 2º - O "Hospital São Jerônimo", permanecerá integrado ao Sistema Único de Saúde - SUS, e terá suas atividades financiadas de acordo com os critérios previstos nas Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.08.93.

(a) SEVERINO FÉLIX

JUSTIFICATIVA:

Um dos maiores avanços da saúde pública em nossa Constituição Federal é o Sistema Único de Saúde - SUS, pela descentralização administrativa e financeira dos serviços prestados nesta importante área.

Agora, cabe ao Município o gerenciamento da assistência médica à população, para tanto recebendo recursos dos governos federal e estadual.

A presente proposição, transferindo ao Município de São Jerônimo da Serra o hospital em questão, pretende avançar o processo de municipalização da saúde em nosso Estado.

Assim sendo, em face da relevância da matéria, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares, objetivando a aprovação da mesma.

PROJETO DE LEI Nº 417/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná, autorizado a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Distrito de Boa Esperança ao Município de São Jorge do Patrocínio.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.08.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Lastimável é o problema da conservação de trechos rodoviários em todo o Estado do Paraná, dada a precariedade de recursos para sua conservação.

Os trechos rodoviários destinados ao escoamento de safras devem ter sua conser-

vação priorizada, facilitando sua comercialização e produzindo riquezas que permitam o desenvolvimento do Estado.

Não dispondo os municípios interligados de recursos indispensáveis à conservação da mesma é que motivaram a apresentação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 418/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná, autorizado a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Ivatê ao Distrito de Herculândia.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.08.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Lastimável é o problema da conservação de trechos rodoviários em todo o Estado do Paraná, dada a precariedade de recursos para sua conservação.

Os trechos rodoviários destinados ao escoamento de safras devem ter sua conservação priorizada, facilitando sua comercialização e produzindo riquezas que permitam o desenvolvimento do Estado.

Não dispondo os municípios interligados de recursos indispensáveis à conservação da mesma é que motivaram a apresentação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 419/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná, autorizado a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Jussara ao Município de Terra Boa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.08.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Lastimável é o problema da conservação de trechos rodoviários em todo o Estado do Paraná, dada a precariedade de recursos para sua conservação.

Os trechos rodoviários destinados ao escoamento de safras devem ter sua conservação priorizada, facilitando sua comercialização e produzindo riquezas que permitam o desenvolvimento do Estado.

Não dispondo os municípios interligados de recursos indispensáveis à conservação da mesma é que motivaram a apresentação do presente projeto.

PROJETO DE LEI N° 420/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná, autorizado a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Altônia ao Distrito de Jardim Paredão.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.08.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Lastimável é o problema da conservação de trechos rodoviários em todo o Estado do Paraná, dada a precariedade de recursos para sua conservação.

Os trechos rodoviários destinados ao escoamento de safras devem ter sua conservação priorizada, facilitando sua comercialização e produzindo riquezas que permitam o desenvolvimento do Estado.

Não dispondo os municípios interligados de recursos indispensáveis à conservação da mesma é que motivaram a apresentação do presente projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, já passei por muitos momentos bons e ruins na minha vida. Momentos alegres que me deixaram feliz e outros tristes. Domingo próximo passado foi um dos momentos bons que tive, pois participei, Senhor Presidente, Senhores Deputados, da única eleição realizada no Estado do Paraná, acontecida no Município de Saudade do Iguaçu, Sudoeste do Estado. Uma eleição extremamente atípica, complicada. Tivemos diversos fatores a serem superados para, no final da votação após contados os votos, poder comemorar uma extraordinária vitória, conquistada pelos nossos companheiros Pedro Fontana e Amarildo Verdi.

Mas, Senhor Presidente, foram inúmeros os obstáculos que nos deparamos naquela eleição do dia 15 de agosto.

O primeiro e o mais grave foi o poder econômico à disposição dos nossos adversários. Fazia-se uma compra de votos da forma mais escandalosa possível, subestimando a inteligência da população daquele jovem município. E se não bastasse a compra de votos patrocinada pelos adversários do PMDB e do PP que na eleição estavam ligados, também o Juiz Eleitoral da Comarca, de forma maiúscula se colocou como um obstáculo quase intransponível para que o candidato da coligação PMDB/PP pudesse

sair vitorioso naquela eleição. Tenho nas minhas mãos diversos documentos. Documentos que levarei ao conhecimento da imprensa, mostrando a maneira como o Juiz presidiu a eleição. Abusou da condição de Juiz. Cometeu inúmeras ilegalidades, praticou absurdos, proibiu, afrontou princípios constitucionais.

De forma, Senhor Presidente, que este foi um momento triste para nós que acompanhamos a eleição de Saudade do Iguaçu. Foi um lado repugnante, doloroso, de um episódio que ficará marcado na história daquele principiante município.

E aí nós concluímos que é necessário uma revisão na Constituição Brasileira, a fim de que se permita a criação de um órgão para acompanhar as decisões do Poder Judiciário, porque não é possível se dar a pessoas o poder de tomar decisões, sem qualquer acompanhamento por parte da comunidade. Fazer e acontecer, da forma mais ditatorial e autoritária possível, como ocorreu na Comarca de Chopinzinho, sobretudo no Município de Saudade do Iguaçu no transcorrer do processo eleitoral.

Outro fator, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, também se colocou contra a candidatura do PMDB e do PP. Não sabemos como, que, atendendo solicitação de um político, nosso tradicional adversário no Sudoeste do Estado, o Tribunal de Contas fez uma auditoria na Prefeitura, que tem apenas sete meses de existência e com um relatório sem ser votado pelo Plenário do Tribunal de Contas, feito às pressas para tentar ajudar o candidato do PFL/PDT e prejudicar a administração e por conseguinte o candidato do PMDB/PP.

Divulgaram aquele relatório do Auditor do Tribunal de Contas, única e exclusivamente para atender os interesses eleitorais da coligação contrária ao PMDB. O aludido levantamento foi intensamente divulgado através de emissoras de rádio, jornais e canais de televisão do Sudoeste do Estado. O objetivo era atingir a honra e a dignidade. Tentaram macular a imagem dos nossos companheiros Luiz Giacomini e Gilmar Bertoldi, ex-Prefeito e Prefeito em exercício, para prejudicar a campanha do PMDB/PP e conseqüentemente dar uma força aos adversários.

E nós buscávamos de todas as formas fazer com que o Juiz impedisse a veiculação de matérias mentirosas e que visavam, sem sombra de dúvidas, influir no resultado do pleito.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, outro fato que nos causou uma indignação muito grande foi a maneira violenta e as agressões cometidas pelos nossos adversários. Parecia que estávamos na guerra da Bósnia, onde facções religiosas defendendo

teorias extremamente contrárias, lutam incansavelmente, matando, mutilando, jorrand o sangue. Uma violência sem precedentes, acrescidas de intimidações a todo instante. Eu que faço política há tantos anos, nunca vi uma situação igual àquela ocorrida em Saudade do Iguaçu.

Tentaram subestimar, aniquilar a inteligência do povo, usaram e abusaram do poder econômico, votos eram comprados à luz do dia, na frente de todo mundo. Temos gravações, temos documentos para provar o que aqui estamos afirmando. Toda a situação que enfrentamos na eleição de Saudade do Iguaçu, queremos levar ao conhecimento do Presidente do egrégio Tribunal Eleitoral, para que isso não ocorra no ano que vem, para que isso não ocorra com quem quer que seja.

Não queremos que a Justiça Eleitoral seja colocada à disposição de Partido e de pessoas, queremos que esteja acima de tudo, para garantir pleitos limpos, honestos e democráticos. É assim que achamos que deve ser.

Quero aqui também elogiar a postura, a decência de como se portou a Polícia Militar do Estado do Paraná. Se não fosse a Polícia Militar do Estado do Paraná, com certeza muitas pessoas teriam tombado lá em Saudade do Iguaçu, tal era a tensão que reinava naquele pleito eleitoral. E, a Polícia Militar, com total imparcialidade procurou levar a calma e a tranquilidade à população fazendo com que os ânimos se acalmassem.

Para encerrar...

O Sr. Plauto Miró - Um aparte, Senhor Deputado.

O SR. NEREU MOURA - Concedo um aparte ao Deputado Plauto.

O Sr. Plauto Miró - Deputado, estive no Município de Saudade do Iguaçu há dias atrás, antes de acontecer a eleição municipal. No dia 13 estive presente naquele município, onde o candidato derrotado por 100 votos, sendo que, na primeira eleição, foi derrotado por apenas 50 votos. Sendo que a eleição foi cancelada, porque na eleição anterior o candidato a prefeito era irmão do prefeito do município-mãe, que era o Município de Chopinzinho.

E mais, quero aqui dizer que esse candidato derrotado contou que o Governo do Estado, foi implantado no Município de Saudade do Iguaçu. E quando escuto Vossa Excelência falando em abuso do poder econômico, lá sim foi um abuso do Governo do Estado. Pois lá esteve o Senhor Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil, onde de lá despachava muitas coisas de bom para aquele candidato e para o município em no-

me daquele que estava concorrendo pelo PMDB.

O vice-Governador, Secretário dos Transportes, Mário Pereira, esteve pedindo votos lá para esse candidato do PMDB.

E aqui eu me pergunto: mais carros do Estado estiveram lá rodando? Ambulâncias do Estado estiveram lá ajudando? Que abuso do poder econômico teve esse candidato da oposição, que lutou contra uma máquina do Governo do Estado inteira, onde os representantes do Governo estiveram lá pessoalmente despachando e liberando recursos para esse candidato do PMDB?

Coitado do nosso candidato do PFL que foi massacrado pelo Governo do Estado do Paraná!

O SR. NEREU MOURA - Deputado, compreendo a sua desinformação em relação ao assunto, porque Vossa Excelência não é da região e, por isso, traz informações totalmente errôneas a esta Casa.

Primeiro: na eleição realizada em 03 de outubro de 1992, o candidato não foi derrotado por 50 votos, mas por 191 votos.

Segundo: não foi derrotado dia 15 de agosto próximo passado por 100 votos, mas por 166 votos.

Terceiro: o Deputado Caíto Quintana é primeiramente um Deputado Estadual, representante, inclusive, de Saudade do Iguaçu. Esteve lá como político e como Deputado que é, para levar o seu incondicional apoio ao nosso companheiro do PMDB, como esteve lá Vossa Excelência levando apoio a um correligionário, como esteve lá o Deputado Ivânio Guerra, como esteve lá o suplente de Senador Luiz Alberto Martins de Oliveira, enfim, como estiveram lá todos os políticos ligados ao PFL, ao PTB e ao PDT. Esteve lá o vice-Governador Mário Pereira como companheiro do PMDB. E também, e logicamente aproveitando a oportunidade, levou recursos, benefícios importantes e que vão melhorar as condições de vida da população de Saudade do Iguaçu.

Não concordo, absolutamente, sobretudo com as acusações de que o Governo tenha agido, tenha abusado do poder econômico, porque nós levamos apenas o nosso apoio, a nossa solidariedade aos candidatos da coligação "Unidos por Saudade".

E, para encerrar, Senhor Presidente, e Senhores Deputados, quero dizer que o nosso companheiro, humilde companheiro, trabalhador, companheiro sofrido - trabalha na construção civil - homem do povo o Pedro Fontana e o agricultor Amarildo Verdi, conseguiram com o apoio do nosso gigante companheiro Luiz Giacomini, que foi afastado pela Justiça Eleitoral, superar todas as dificuldades e vencer aquela difícil eleição. É um fato estranho que quero dizer ao Deputado Plauto Miró Guimarães, é

que o Município de Honório Serpa desmembrado, recentemente de Manguueirinha e o Prefeito eleito é filho do ex-Prefeito de Manguueirinha. Configurou-se a mesma situação. Exatamente o mesmo problema. Só que o candidato que perdeu a eleição em Honório Serpa respeitou o resultado das urnas e não ficou criando problemas.

E a própria Justiça Eleitoral nada fez para dar o mesmo encaminhamento para os dois casos.

O Prefeito eleito de Saudade do Iguaçu em 03 de outubro de 1992, é irmão do ex-Prefeito de Chopinzinho. Por que se fez cumprir a justiça somente em Saudade de Iguaçu? Para afastar o Prefeito de Saudade, teria que afastar também o Prefeito de Honório Serpa, porque a lei não pode ser aplicada com dois pesos e duas medidas. É por isso nobre Deputado que o nosso grito tem ressonância, tem acima de tudo, o sentimento daquele povo lá de Saudade do Iguaçu.

Concedo aparte ao Deputado Plauto Miró.

O Sr. Plauto Miró - O Prefeito de Honório Serpa é do PMDB e o derrotado era do PT. Está certo? E O PT não fez as reclamações e não seguiu em frente como o candidato do PFL, derrotado. E Saudade do Iguaçu foi à Justiça, foi buscar o seu direito, e conseguiu.

Agora, quero pedir que o Senhor decline os nomes dos representantes do Tribunal de Contas que o Senhor denunciou e do Juiz Eleitoral que o Senhor falou que dificultou a eleição, tentou inviabilizar a eleição do candidato do PMDB. Cite o nome dele, fazendo o favor.

O SR. NEREU MOURA - O Tribunal de Contas fez uma auditoria lá. Eu não sei o nome do Auditor. Tenho conhecimento do material que foi divulgado através do jornal e da rádio. Não conheço o Auditor que foi fazer o levantamento da documentação lá e nem me interessou saber o nome. Apenas condeno a atitude do Tribunal de Contas que num período de sete meses de administração. Tem Prefeitura por aí, Senhor Deputado, que precisa de auditorias e tem auditorias já realizadas pelo próprio Tribunal de Contas que fazem três anos e foram constatados diversos gravíssimos crimes e até hoje não foram votados. Estão lá.

Estão lá, mofando na gaveta de determinado Conselheiro. E num prazo de sete meses, numa Prefeitura que passou por enormes problemas políticos e administrativos, se faz auditoria e se divulga na véspera da eleição, um relatório que nem sequer havia sido votado pelo colendo Plenário do Tribunal de Contas do Estado do

Paraná.

A eleição ia ser no domingo; na quarta-feira se divulga o resultado de um levantamento feito às pressas, aí nós achamos que foi feito assim para beneficiar o candidato do PFL/PDT.

Mas tudo isso foi superado. Foi superado pela inteligência, foi superado pela grandeza daquele povo do Sudoeste do Paraná que soube com clareza, definir quem seria o melhor candidato para administrar aquele município. E foi assim, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que o povo elegeu com uma diferença de quase 10% dos votos, os nossos companheiros do PMDB, selando uma vitória consagrada da coligação que muita alegria vai dar para este Estado do Paraná, porque lá em Saudade do Iguaçu, já foi uma demonstração inicial do que vai acontecer na eleição do ano que vem.

Meus efusivos parabéns ao companheiro Pedro Fontana e ao companheiro Amarildo Verdi.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado João Preis.

O SR. JOÃO PREIS - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

(Lê):

"No nosso País, hoje, mais de 100 milhões de pessoas não se alimentam adequadamente. Estão subnutridos e desnutridos! Destes, cerca de 32 milhões passam fome e vivem em total estado de indigência.

Segundo a Gazeta do Povo do último domingo, "trinta e dois milhões de famintos e miseráveis significa a população de toda a Argentina".

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, da Secretaria de Planejamento e Controle da Presidência da República, divulgou que o Paraná possui cerca de dois milhões de pessoas que vivem na mais absoluta miséria.

É inadmissível que o nosso Estado, que reconquistou este ano, o posto de maior produtor de alimentos do País, e que responde por 25% da produção nacional de grãos, seja ao mesmo tempo, o 7º Estado no "ranking" da fome!

Estamos admitindo a existência de uma "população marginal", com fome e sem direito a nada, como se estivéssemos diante de uma fatalidade!

Não podemos continuar a conviver com estatísticas tão díspares, que de um lado, nos apontam como o celeiro do Brasil, e de outro nos revelam como um contingente de cerca de um milhão e duzentas mil pessoas que passam fome no meio rural.

Já existem hoje, estudos que comprovam significativo aumento dos suicídios no

campo, em razão da falta de perspectivas e de projetos que proporcionem uma alteração imediata neste quadro desolador.

O mapa da fome indica que somente a Bahia, Minas Gerais, Ceará, Pernambuco, Maranhão e São Paulo, apresentam situações mais delicadas que a paranaense.

Precisamos encarar e enfrentar esta realidade assombrosa, pois estes dados, antes de tudo têm que servir de alerta para que todos nós venhamos a assumir nossos deveres e responsabilidades diante das comunidades que aqui representamos.

Se somarmos nossa criatividade e vontade de trabalhar, sem medo de assumirmos os riscos, com certeza contribuiremos para gerar progresso social e econômico para nossa gente.

Se a prática do paternalismo assistencialista não é o ideal, numa situação como esta, o discurso da omissão, do "faz de conta que não é conosco", é acima de tudo aviltante e insuportável.

Diante da fome, todo o resto é supérfluo!

É preciso diferenciar os fatos dos mitos, que por força da repetição, muitas vezes tomam a forma da verdade.

Por isso, é imperativo que tomemos uma atitude agressiva, no sentido de amenizar, e gradativamente solucionar, este quadro de miséria absoluta. Por esta razão é que propomos através deste projeto a instituição do programa mutirão contra a fome!

A Constituição Estadual no seu art. 165, trata da seguridade social e determina que:

'O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios, e a Sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e a cuidar da proteção da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.'

A instituição deste programa é apenas um pequeno gesto, mas concreto, para minorar esta situação de sofrimento, pois destina-se prioritariamente a combater a fome das famílias carentes através da cooperação, de um verdadeiro mutirão, solidário e participativo, visando garantir a sobrevivência do nosso povo, até que as soluções burocráticas e definitivas venham a ser concretizadas.

Senhor Presidente, nobres Pares, estamos entrando hoje, com Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a instituir o programa mutirão contra a fome, no Estado do Paraná e dá outras providências.

Muito obrigado!

JOÃO PREIS

Deputado Estadual

Nós queremos, durante os próximos dias, a medida que for tramitando esse Projeto de Lei, gostaríamos de contactar e contar, também, com o apoio de todos os nossos nobres Pares.

Muito obrigado, Senhor Presidente e nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Mais uma vez, em meu nome e em nome do Bloco Municipalista desta Casa, vamos abordar o assunto que diz respeito aos problemas dos nossos municípios.

A Emenda Constitucional nº 03/93, e a Lei Complementar nº 77 de 13/julho/93, contém um abuso e uma afronta ao princípio basilar e pétreo que sustenta o sistema federativo.

A República Federativa do Brasil se assenta no pacto federado em que os entes por natureza possuem onticidade, isto é, existência própria e independente de outro ser ou ente.

Do princípio ontológico decorre o Regime Federativo. Estados, Municípios e a União concorrem para constituir a Federação. E, para tanto, pactuam nos exatos termos de seus interesses e limites. Inegociável, porém, é a autonomia e a identidade de cada um deles. Caso contrário não seria federação. É próprio dos regimes políticos autoritários o desconhecimento de tais assertivas. Entretanto, no caso presente, parece-nos muito mais uma forma inadvertida do legislador e que merece reparo.

A emenda nº 03/93, ao pretender retirar a imunidade tributária dos Estados e Municípios, pondo regra positiva na Constituição, provocou grave conflito com a regra e os conflitos basilares do Estado Federal Brasileiro. A tributação dos Estados e Municípios por via do IPMF, é uma maneira de desfigurar a Federação ao reconhecer o poder de império de um sobre os outros. Desigualdade pessoas políticas que ocupam o mesmo nível.

Agredindo os princípios basilares da Constituição tais como o da anterioridade da lei tributária, previsto no art. 150, inciso III, letra "b", e o da imunidade recíproca entre pessoas jurídicas do direito público, constante do item 6º, letra "a" do mesmo artigo constitucional. A Lei Complementar nº 77/93, vai mais além, agride a economia do Estado e dos Municípios. A situação das Prefeituras, que não é das melhores, tenderá a piorar. Isto porque dos recursos advindos das cobranças de taxas e impostos municipais e outros,

que deveriam ser canalizados exclusivamente para atender a população, sobretudo aquela que mais necessita do Poder Público, parcela será desviada para pagamento do IPMF.

Contraditoriamente, a intenção do Governo Federal é devolver parte dos recursos arrecadados, através de programas sociais. Ora, tira-se do município recursos que deveriam ser aplicados nos mesmos programas sociais.

Para se ter uma idéia e tomando os dados disponíveis e oficiais dos balanços de junho/93, os Estados e os Municípios teriam pago naquele mês, caso vitoriasse o IMPF, cerca de CR\$ 28.500.000,00 (vinte e oito milhões e quinhentos mil cruzeiros reais) e se corrigidos teríamos em julho a quantia de cerca de CR\$ 37.000.000,00 (trinta e sete milhões de cruzeiros reais).

Ora, tomando por base o valor de CR\$ 47,00 (quarenta e sete cruzeiros reais) "per capita" para fornecimento de merenda escolar, os municípios poderiam atender a mais de 700.000 (setecentas mil) crianças. O que não deixa de ser grave!!!

O Bloco Parlamentar Municipalista não poderia deixar de apresentar sua posição: 1º) porque a Emenda Constitucional nº 03/93, e a Lei Complementar nº 77/93, neste particular, ferem os municípios em sua autonomia e individualidade e abrem um grave e perigoso precedente; 2º) porque a efetiva cobrança do tributo - IPMF - submete os municípios a repetidas lesões de sua renda e patrimônio, o que não tem amparo na Carta Magna e nem no Pacto Federativo. Um exemplo claro é o Município de Foz do Iguaçu, liderada pelo companheiro Prefeito Dobrandino da Silva, que já tem uma liminar a seu favor.

Assim sendo, propomos uma rápida ação em conjunto com a associação dos municípios do Paraná para que: 1º) os municípios entrem imediatamente com mandado de segurança preventivo, visando a suspensão da exigência da cobrança do IPMF, conforme jurisprudência já existente e liminar obtida numa das Varas do Paraná e com a mesma sustentação doutrinária exposta; 2º) apoio à posição liderada pelo Governador Roberto Requião, em seguida pelos Governadores do R.S.; S.C.; M.S. (todos do CODESUL) à arguição de inconstitucionalidade que deverá patrocinar nesta matéria, em conjunto com esta Casa de Leis, através do seu Presidente Deputado Orlando Pessutti. E também dos demais membros da Mesa Executiva.

Tem aparte o ilustre Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Quero avisar o Deputado Toti Colaço que

só se usar o Horário da Liderança de outro Partido, porque o do PMDB já foi usado.

O SR. TOTI COLAÇO - Respeitosamente, Excelência, nobre Presidente, o Deputado Alceu Swarowski já me concedeu o horário da Liderança do PSDB.

O Sr. Oswaldo Trevisan - Com a aquiescência, portanto, do nobre Presidente Geraldo Cartário, eu prossigo no aparte a V.Exa., Toti Colaço, nobre Deputado.

Ouço atentamente o pronunciamento municipalista que V.Exa. faz, na tarde de hoje, nesta Casa, e temos notado que reiteradas vezes V. Exa. assoma a esta Tribuna em defesa dos municípios do Paraná e do Brasil. E assume a Tribuna com autoridade de quem já foi Prefeito e de quem integra o Bloco Municipalista, nesta Casa, e acompanha dia-a-dia os problemas dos nossos municípios.

Na tarde de hoje, V.Exa. traz a questão da tributação do IPMF sobre Estados e Municípios. E num pronunciamento, num discurso bem embasado, com informações estatísticas, V.Exa. traz e mostra o que vai empobrecer a quantia com a qual os municípios e os estados serão empobrecidos, se efetivamente vierem a ter que recolher este IPMF, já agora reconhecido por alguns Tribunais como inconstitucional. Eu me lembro, nobre Deputado Toti Colaço da luta de Vossa Excelência em favor do Município, a participação de Vossa Excelência nesta luta contra este IPMF, já começou há alguns meses atrás nesta Casa, pois me lembro que desta mesma tribuna quando fui fazer um discurso e alertava para a inconstitucionalidade deste tributo, que não obedece ao princípio da anualidade prevista no artigo 150, inciso 3º, letra B da Constituição Federal; esse tributo aponta também direitos e garantias individuais do cidadão brasileiro. Já naquela ocasião Vossa Excelência alertava para o problema e já se levantava contra a implantação do IPMF.

Então, quero cumprimentar Vossa Excelência por essa luta, por mais este pronunciamento na tarde de hoje, e reconhecer como Vossa Excelência faz o seu discurso: estes tributos que querem levar dos Estados e dos Municípios, eles serão melhor aplicados em finalidades de alcance social e humano se ficar e permanecer aqui no Estado e nos respectivos Municípios.

Meus cumprimentos a Vossa Excelência pela sua luta municipalista.

O SR. TOTI COLAÇO - Obrigado, Deputado Oswaldo Trevisan pelo seu aparte. E abrindo um parêntese ainda sobre este assunto, a luta nossa, dos municipalistas principalmente - e aqui nós temos diversos

ex-Prefeitos - temos na lembrança as nossas marchas a Brasília nos idos de 84, 85 e 86 na luta pelo aumento do nosso índice de Fundo de Participação, pela luta nossa pela emenda 17, pelo nossos portos e tantas outras conquistas que os Municípios brasileiros tiveram naquela época. E a luta nossa continua porque sempre denunciávamos e sempre contestamos a forma centralizadora do Governo Federal na repartição do bolo, daquilo que são dos tributos que são arrecadados em todos os Municípios da Federação.

Este é mais um que vai se arrecadar nos Municípios, vai ficar sufocado em Brasília, vai permanecer por lá fazendo outras obras, ou talvez se desvie para outros recantos do nosso País; e o nosso Estado principalmente, um dos Estados mais produtores da Federação, vamos aguardar aqui meses e anos para termos de volta o que vão arrecadar a partir de 27 agora deste próximo mês. E o mais grave é claro, fazendo com que as Prefeituras recolham a partir do dia 27 agora, já comece a recolher o 0,25 em todas as operações financeiras, inclusive nos convênios que o próprio Estado vai repassar para os Municípios. É uma afronta à autonomia Municipal, é uma afronta aos direitos municipalistas. É por esta razão Srs. Deputados que eu estou extremamente preocupado.

Nós tivemos ontem à tarde uma reunião com o nosso Presidente juntamente com o Procurador Geral do Estado, com a Assessoria Jurídica da Associação dos Municípios do Paraná, com assessores e juristas que assessoram o nosso Governador, discutindo exatamente o grave problema que nós estamos sujeitos a passar. E este mandado de segurança preventivo, que é o alerta que quero fazer a todos os Municípios do Paraná, deverá ser entrado o mais rápido possível, porque se a partir do dia 27 quem não tiver a liminar automaticamente já está pagando, e o dinheiro, que é do Município, que sai aqui do Governo do Estado e que é arrecadado lá, inclusive impostos Municipais, vão se alojar lá em Brasília. Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. Deputada, é necessário que preservemos o direito e a soberania de cada um, a democracia e a liberdade custaram alto preço a tantos em nossa terra. É necessário ousar e recusar o império de uns sobre os outros. O importante, o fundamental, é defendermos uma sociedade justa e solidária, pautada nos interesses da comunidade, sobretudo daqueles que em dias tão incertos precisam de todos nós e precisam muito mais do poder público.

Era isto, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Srs. Deputados.

Pequeno Expediente, com a palavra o Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, durante dois anos tive a oportunidade de nesta Assembléia conviver com o então Deputado Rafael Greca de Macedo.

Quero aqui recordar que nesse período os servidores públicos das Universidades Estaduais do Paraná entraram em greve e por mais uma vez o então Deputado fazendo uso desta Tribuna defendeu o direito daqueles trabalhadores se manifestarem em greve, defendeu o direito daqueles trabalhadores exigirem melhores condições de trabalho e melhores salários.

Hoje entra no sétimo dia que os servidores do setor de saúde do Município de Curitiba entraram em greve e a postura do Prefeito Rafael Greca de Macedo não é a mesma postura do então Deputado Rafael Greca de Macedo. O que aconteceu? O que mudou? Se antes era democrático, pelo menos em palavras e agora age autoritariamente, como tem publicado na imprensa de hoje dizendo que a Prefeitura vai pedir para que haja julgamento dessa greve se ela é legal ou se é ilegal.

Divulga a imprensa hoje dizendo que os servidores serão demitidos se não voltarem a trabalhar. Por que que um trabalhador entra em greve? Ele entra em greve porque há perdas salariais e porque não há uma política salarial e também porque não há uma política de bom atendimento dos setores da população.

Nos centros de saúde falta material de limpeza. No centro de saúde faltam medicamentos e no entanto não se conversa, joga-se pesado na repressão. Chama-se a Guarda Municipal e faz quase uma semana que a Prefeitura de Curitiba está cercada por cordas, como se os seus servidores fossem baderneiros ou agentes que iriam depredar aquela Prefeitura. Não tem necessidade de cercar por cordas. Não tem necessidade de botar guarda armada ou botar cerca de noventa guardas lá dentro à paisana, mas porém armada, como estava ontem dentro da Prefeitura de Curitiba. Esta é a Guarda Municipal.

A imprensa divulga hoje qual é o salário de um médico, de acordo com a Prefeitura, que é de CR\$ 33.704,00. Em que estou em licença sem vencimento, pagando para o Instituto de Previdência do Município, nunca paguei sobre esse montante, porque não é este o salário. E o salário inicial de um médico da Prefeitura de Curitiba é de CR\$ 27.465,00. Aux. de Serviços Gerais que a Prefeitura diz que ganha CR\$ 14.700, se pegarmos o contracheque está escrito vencimentos: CR\$ 8.674,77. É este o vencimento. É este o salário. O que cobro desta tri-

uma é a coerência do Deputado que aqui tinha uma posição e do prefeito que tem outra. O que eu cobro dessa tribuna é que democracia não se faz só em discurso, faz-se na prática, chamando as lideranças para uma conversa, para uma definição de uma política salarial, para uma conversa aonde fale das reposições e perdas salariais. É assim que se faz democracia e a liberdade de organização e o direito à greve consta da Constituição brasileira. Portanto os trabalhadores devem ter a liberdade de se organizar em sindicatos.

E tem sindicato com seus representantes e é através dele que eles têm o direito de lutar pelos seus direitos e o direito de greve está escrito na Constituição. Por 2 meses em greve que julgue uma greve de servidor, no mínimo, é incoerência e se algum Juiz julgar ilegal é falta de ética e até mesmo de moral desse Juiz.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Ainda no Pequeno Expediente, o Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acabo de receber aqui um Fax do Município de Santa Maria do Oeste que eu gostaria de pedir a atenção aos Srs. Deputados do lamentável fato ocorrido no dia 14.08 naquela cidade. Esse Fax eu recebo da Comissão de Agricultores pró-fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria do Oeste. Não vou lê-lo por completo porque o tempo não permite, mas quero resumir e pedir a atenção principalmente aos Srs. Deputados. Deputado Trevisan, Toti Colaço que representam aqui a Liderança do PMDB e a presença do Deputado Renato Adur.

Uma comissão de agricultores legalmente, fez uma convocação dos agricultores do Município de Santa Maria do Oeste, um Município que desmembrou-se de Pitanga, chamando os agricultores para a discussão e a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquela cidade que é um órgão de representação e de direito para poderem fundar o seu sindicato e a sua representação de classe. A denúncia diz o seguinte:

No início da Assembleia começou a chegar carros da prefeitura, lotados por pessoas que muitos não eram agricultores. Antes do início da Assembleia, o irmão do Prefeito Cláudio Leal intimidava os agricultores. Houve um tumulto no credenciamento do agricultores para esta Assembleia; e diz ainda o seguinte que, através das intimidações que o Prefeito Evaldo Leal, junto com seu tio Luiz Leal, seu irmão Cláudio Leal e o advogado da

Prefeitura Amílcar Teixeira e mais dois indivíduos da Força Sindical, sendo um deles chamado José Carlos Feliciano e outras pessoas contratadas pela prefeitura tumultuavam a Assembleia. A votação - a Assembleia iniciou-se na primeira votação do Estatuto, houve uma divergência e após a votação, não estando contente o Prefeito Evaldo Leal começou a insultar os agricultores após subir na cadeira que estava sentado. Insultando os agricultores e tumultuando a votação e a sequência da Assembleia. Houve um tumulto e na sequência se deu o que eu passo a ler nesse momento:

"Luiz Leal, tio do Prefeito empurrou o Vereador Pedro Chimanski dizendo: "Nós também temos organização". Com isso, a agricultora Doralina Gonçalves tomou um pontapé do Presidente da Força Sindical. Nesse momento, a agricultora Ivonete Gonçalves foi agredida pelo Prefeito Municipal e a Dona Doralina, outra agricultora, tentou desarmar o indivíduo - da Força Sindical que tinha engatilhado uma pistola para os coordenadores da Mesa. Quando a Doralina tentava desarmar o membro da Força Sindical, o Prefeito deu-lhe uma bofetada no rosto, e, puxando pelos cabelos, dizia-lhe palavras de baixo calão e que os indivíduos, (aqueles que estavam com as armas apontadas para a Mesa), eram seus convidados especiais.

Quando os coordenadores da assembleia pediam calma ao grupo do Prefeito, mas este exortava ainda mais o seu grupo para que continuasse a bagunça a que ele tinha transformado a assembleia dos agricultores. Em seguida, denúncias de que novos tumultos no lado de fora, com agressão às pessoas que coordenavam a Mesa, depois de já encerrada ou suspensa a assembleia de fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Prefeito, totalmente desequilibrado, com uma Bíblia na mão, saiu do recinto com seu grupo, - insultando os agricultores e dizendo que ia fundar um Sindicato e foi em direção à Prefeitura. A comissão dos agricultores pede que se denuncie ao promotor público, porque pessoas estão ameaçadas de morte no Município de Santa Maria do Oeste em função desta questão do tumulto de ontem na fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Resumindo: a assembleia foi suspensa e os agricultores transferiram para uma outra data a sua assembleia de fundação do Sindicato".

Deputado Renato Adur, não quero aqui incriminar ninguém, mas gostaria de lamentar que fatos desta natureza ocorram...

O SR. Renato Adur - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Estou no Pequeno

no Expediente e estou para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Vossa Excelência tem um minuto para concluir.

O Sr. Renato Adur - Por uma questão de ordem.

Gostaria de dar resposta ao Deputado Ovídio, porque de repente está se fazendo um "cavalo de batalha", numa situação de um problema interno que possa ter ocorrido na Cidade de Santa Maria do Oeste. Sou um dos representantes legítimos daquela região, temos profunda afinidade com o Partido dos Trabalhadores em Santa Maria do Oeste, inclusive com a candidata a Prefeita, a Cida, temos um relacionamento bastante estreito com todos os agricultores do Município de Santa Maria do Oeste e queria justificar aqui a atuação do prefeito.

Não vou questionar o posicionamento na reunião de ontem que Vossa Excelência está colocando, mas quero registrar que o Prefeito Evaldo Leal tem sido um dos Prefeitos mais preocupados com os agricultores no Município de Santa Maria do Oeste e inclusive inaugurávamos, com o Prefeito Evaldo Leal, no assentamento 14 de julho, uma das melhores escolas da região, em alvenaria, com todas as instalações e, numa reunião muito grande com todos os agricultores daquela região, dando amplo apoio.

Portanto, eu gostaria que Vossa Excelência analisasse um pouco melhor a situação, antes de fazer uma denúncia tão grave dessa natureza, que procurasse - assim como Vossa Excelência também está nos colocando o posicionamento - que procurássemos em conjunto, averiguar como está ocorrendo o fato, antes de levá-lo a público, de uma maneira bastante...

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Deputado Renato Adur, a questão de Ordem levantada por Vossa Excelência não procede, está no Pequeno Expediente, e eu gostaria que o Deputado Ovídio Constantino terminasse que seu horário já está esgotado.

O Sr. Renato Adur - Consulto o Deputado se ele pode usar o Horário do PT?

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Consulto o Deputado Ovídio se vai usar o Horário do PT.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Não vou usar, vou concluir.

O Sr. Renato Adur - Só para concluir, Senhor Presidente. Acho que nós deveremos analisar melhor esses fatos, não pode-

remos fazer um estardalhaço desta maneira com um Prefeito honesto, decente e colaborador, como é o Prefeito Evaldo Leal de Santa Maria do Oeste.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Para concluir, Senhor Presidente.

Não estou questionando em nenhum momento, a administração do Prefeito, eu apenas estou lendo aqui um Fax recebido da Comissão dos Agricultores que convocou assembléia do Sindicato para dia 14 que não pôde realizar, eu apenas estou lendo uma denúncia do que eles nos mandam do que aconteceu na assembléia. Eu justamente estaria falando a Vossa Excelência o que eu acho que é impossível.

O Sr. Renato Adur - Vossa Excelência está lendo documentos sem uma averiguação antecipada.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Deputado Renato Adur, peço que o Deputado Ovídio Constantino encerre, porque já excedeu o seu horário no Pequeno Expediente.

Vossa Excelência está entrando no Horário da Liderança do PT.

O DR. ROSINHA - (Questão de Ordem) - O Deputado Renato Adur ocupou dois minutos - que eu cronometrei - do Horário do Deputado Ovídio Constantino, sem ser concedido aparte.

Então, a Mesa deve conceder esses dois minutos para o Deputado concluir.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Dr. Rosinha, o horário do Deputado Ovídio Constantino já tinha sido esgotado.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, o Deputado Ovídio vai usar dois minutos da Liderança do PT, o qual eu completarei depois.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Eu apenas digo isso e gostaria, justamente naquilo que o Deputado Renato Adur propõe, de conversarmos sobre a questão, e eu quero duvidar que isso seja real porque em pleno momento de democracia que vivemos se isso for real é muito grave Deputado Renato Adur, espero que não seja, que numa Assembleia de Agricultores livres e democraticamente reunidos para fundar uma organização de sua classe, seja interferido pelo Prefeito com sua máquina administrativa como diz aqui. Acho isso profundamente lamentável, realmente não se pode concordar se isso houve.

Nós queremos ter a certeza para trazer a denúncia completa, porque se for real nós vamos voltar a discutir o fato.

Muito obrigado!

O Sr. Oswaldo Trevisan - Senhor Presidente, só uma Questão de Ordem: fui citado no discurso do nobre Deputado Ovídio Constantino.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Vossa Excelência pode se inscrever nas Explicações Pessoais.

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado João Iensen.

O SR. JOÃO IENSEN - Senhor Presidente, Senhora Deputada e Senhores Deputados.

A sociedade brasileira está perplexa. A crise econômica é uma realidade que atinge milhões de pessoas causando desespero e desesperança no seio familiar. É o resultado de uma política perversa implantada no nosso País ao longo dos últimos anos. Sabemos dos esforços que a nova equipe do Governo Federal vem fazendo para reverter este quadro: o combate a fome, os programas de privatização, a redução do déficit público e o incentivo à produção agrícola e industrial. Mas tudo isto é apenas um início de uma caminhada que queira Deus seja promissora.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos ingressando num novo tempo de debate político que preconiza a eleição de maior significado para o País neste século. E no meio deste debate nos deparamos com a grave suspeita da falta de lideranças políticas, já batidamente denunciada nos meios de comunicação, para comandar o destino desta Nação. É o alto preço do desgaste da classe política provocado pelas investidas de homens públicos corruptos e incompetentes, quando não por atitudes meramente autofágicas de políticos ingênuos, despreparados para o exercício da função.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nem tudo está perdido. Não nos perfilamos junto àqueles que profetizam o caos, a desordem e a desesperança. Por isto é nesta visão otimista que visualizamos uma perspectiva animadora na busca de um referencial político para o nosso País. O Paraná já se configura como um verdadeiro celeiro de idéias e de líderes capazes de ajudar o Brasil a buscar novos rumos que consolide a justiça social eliminando as desigualdades e se firmando como uma Nação soberana, fraterna e cristã. Um destes expoentes aos quais me refiro tenho o orgulho de citar o nome do nosso Ministro da Indústria e Comércio José Eduardo Andrade Vieira. Um homem que vem mostrando ao Brasil o exemplo do trabalho eficiente e da honradez no trato com a coisa pública e do sucesso, qualidade que o identificam com os anseios do povo brasileiro.

Curitiba, terça, em 17.08.93

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Ministro José Eduardo Vieira é um homem rico, de posses. Poderia ficar em sua casa descansando, como todos nós sabemos. Mas, ao contrário, o Ministro José Eduardo Vieira sacrifica sua própria pessoa e a sua família para ajudar o Brasil a sair desta enorme crise que abala as estruturas do País. São atitudes corajosas como estas que orgulham o Paraná e nos faz crer que esta Nação ainda tem futuro. E o futuro, Senhor Presidente, Senhores Deputados, está na vontade dos homens públicos, como o Ministro José Eduardo Vieira em transformar esta cruel realidade dos nossos dias para vislumbrar uma nova era para todos os brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra o Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Após semanas de debates polêmicos, creio ser importante recolocar nos devidos termos quais as motivações, quais os fundamentos da guerra que abrimos contra a direção da Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR S.A. Há já quase sessenta dias, Senhor Presidente, Senhores Deputados, da Tribuna da Assembléia Legislativa, dizíamos que a TELEPAR S.A. fora instrumentalizada e flagrantemente agia a serviço de interesses privados, interesses particulares incrustados naquela Companhia.

Dizíamos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que a TELEPAR S.A. implantou ao longo de sua existência mais de 700 mil terminais telefônicos sem a interveniência criminosa que hoje se faz, sem a intermediação que hoje se tem do setor privado. Dizíamos que a Companhia havia implantado 700 mil terminais com a sua estrutura comercial, financeira e de investimentos. Denunciávamos que, para dar base ao programa em curso, e implementado pela atual diretoria da TELEPAR, criou-se firma especializada para a finalidade específica de comercialização dos sistemas de terminais telefônicos no Estado do Paraná.

É assim, então, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que a partir dessa denúncia, ao invés da resposta categórica da direção da TELEPAR, tivemos prolongado silêncio durante mais de 60 dias. O que se teve em relação à direção da TELEPAR foi silêncio e omissão diante das denúncias. Mas agora, quando as denúncias assumem o foro estadual, quando a partir de denúncias que aqui formulamos e das formuladas pelo Sin-

Curitiba, terça, em 17.08.93

dicato dos Trabalhadores do setor de Telecomunicações, o 1º Distrito Policial instaura inquérito policial próprio, e também há requerimento da Procuradoria Geral da República atuante no Paraná; instaura-se na Polícia Federal inquérito próprio para apurar crime de corrupção ativa e passiva, para apurar crimes de enriquecimento ilícito, prevaricação e um conjunto de outros crimes contra a Administração Pública: é que procura se levantar a voz fraca e frouxa do atual Presidente Paulo Cordeiro e inclusive nas suas iniciais faz lembrar as atividades de Paulo César Farias.

Dizíamos que a atual diretoria da TELEPAR fora nomeada no interesse de um pequeno grupo de Parlamentares Federais, vinculados ao esquema "PC-Collor" e que adota no Estado do Paraná idênticas e mesmas práticas que as adotadas no âmbito federal. E é assim que só agora vem a público o Presidente da TELEPAR dirigindo-se aos Parlamentares e a um grupo reduzido de jornalistas para esclarecer e explicar o que não pode ser esclarecido, e explicar o inexplicável.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, semana passada na Tribuna da Assembléia Legislativa o ilustre Deputado Lourenço Fregonese trouxe à consideração deste Parlamento carta subscrita pelo negociata que se diz empresário Sr. Mauro Fregonese, e quero dizer ao Paraná e a este Parlamento que as contradições que traz este pretensão empresário na verdade vem de longe. É ele com seu ódio e as suas contradições que procura trazer para o Parlamento matéria que diz respeito à polícia, que diz respeito à polícia e aos seus organismos.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, o empresário Mauro Fregonese, e é bom que o Parlamento do Paraná saiba, é genro do empreiteiro-construtor do Edifício do Fórum da Comarca de Curitiba, que responde junto à Delegacia de Crimes Contra a Administração Pública pelos crimes de corrupção passiva e ativa, que responde junto à Delegacia de Crimes Contra a Administração pelo crime de estelionato qualificado, por crime de perigo contra a incolumidade pública e por inúmeros outros crimes, inclusive a tentativa de extorsão contra esse Parlamentar.

É assim que, no âmbito próprio e na Delegacia de Crimes contra a Administração, o sogro desse pretensão empresário, que hoje se beneficia de negócios vultosos junto à TELEPAR, percebendo 5% do montante das atividades de comercialização que antes eram realizadas pela TELEPAR e hoje são intermediadas por uma empresa da qual é o Sr. Mauro Fregonese subcontratado através da empresa Fone-Sul.

Compreendo, então, e quero também que

os Srs. Parlamentares tenham essa notícia que as contradições que tem esse Sr. empresário Mauro Fregonese são contradições que remontam já de algum tempo.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, se se levanta a voz frouxa desse pretensão empresário, que é na verdade sócio-oculto do Presidente da TELEPAR, Sr. Paulo Cordeiro, se se levanta a voz do empresário Mauro Fregonese, sócio-oculto em negócios e em comissões da Companhia de Telecomunicações do Paraná, através da sua presidência e demais diretores, é porque fizemos abortar, no momento próprio, uma vultosa operação que pretendia a Fone-Sul e esse empresário no interesse da TELEPAR. Fizemos abortar com a nossa denúncia e a nossa palavra, exercendo o mandato popular nesta Assembléia, fizemos abortar uma sua pretensão de milhões de dólares algo em torno de quatrocentos e oitenta milhões de dólares que pretendia ter junto ao Banco do Estado do Paraná. Pretendia obter junto ao Banco do Estado do Paraná negócio idêntico que obteve junto ao Banco Itaú e ao que pretendeu obter junto ao Banco Bamerindus; pretendia que o Banco do Estado do Paraná financiasse a empresa e os consumidores interessados na compra de terminais telefônicos.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, tendo sido informados da gravidade das denúncias que pesam quanto à Presidência da TELEPAR e demais membros da diretoria daquela instituição, fizemos chegar ao Governador do Estado, como também ao Presidente do Banco do Estado do Paraná, a notícia de que, ainda que revestida de aparente formalidade e aparente legalidade, a pretensão desse empresário, na verdade, no fundo e ao cabo, o que tinha eram interesses em negócios excusos que, se descobertos, e por certo seriam descobertos, fariam alcançar também a instituição Banco do Estado do Paraná.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, essa gente deve merecer o repúdio do Paraná e é por isso, meu caro Presidente, que trago a notícia à Presidência da Assembléia, aqui representada pelo Deputado Geraldo Cartário, como também aos demais Deputados líderes de Bancada e ao conjunto dos colegas Deputados Estaduais, que fizemos realizar, há cerca de dez dias, uma primeira reunião na sala de Comissões da Assembléia Legislativa de que participaram as direções do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o PMDB, o Partido Social Democrático Brasileiro, como também a direção do Partido dos Trabalhadores, pude já comunicar-me com lideranças, como a Liderança do PDT que já confirmou a sua presença na próxima reunião na frente ampla em defesa da TELEPAR que se fará realizar na próxima terça-feira.

ra, dia 24 de agosto, que é uma frente integrada por partidos políticos, Parlamentares, patriotas e paranaenses que desejam devolver a Companhia de Telecomunicações do Paraná aos interesses do Paraná, devolver a TELEPAR aos paranaenses.

Esta frente ampla, Sr. Presidente e Srs. Deputados, tem um sentido muito claro: instaurado o inquérito junto ao 1º Distrito Policial por crimes de corrupção, estelionato e falsificação contra o Diretor-Presidente da TELEPAR e instaurado a requerimento da Procuradoria da República, atuante no Paraná, junto à Polícia Federal inquérito policial para apurar os mesmos crimes. Estamos diante de uma situação que exige o pronunciamento da Assembléia Legislativa, pronunciamento aliás que tivemos a semana passada, quando vítima de ataques pessoais sujos e sórdidos deste Sr. Presidente, tivemos a solidariedade da Presidência da Assembléia Legislativa, Deputado Orlando Pessuti, tivemos a solidariedade do Governador do Paraná, Sr. Roberto Requião, tivemos a solidariedade da Deputada Emilia Belinati, Júlio Bifon e Domingos Carvalho. Tivemos, também, a solidariedade integral da Bancada do Partido dos Trabalhadores nesta Casa, como também, diretores zonais e municipais do PMDB, todos unânimes em repudiar os ataques de natureza pessoal que vem este senhor desferindo contra este Parlamentar, que está aqui cumprindo o seu dever, e do mesmo modo exigindo pronto e preciso esclarecimento sobre os crimes denunciados por mim e pela sociedade paranaense.

Mas, Senhor Presidente, dos antigos crimes cometidos pelo Diretor Presidente, creio que por poucos dias, porque na Convenção Nacional do PMDB, no último domingo, tivemos a oportunidade de ter com o Ministro do Estado da Agricultura, como também com o Ministro de Estado dos Transportes, com o Presidente Nacional do PMDB, e com inúmeras outras lideranças, pudemos apresentar em todos os termos as denúncias que estamos fazendo, da tribuna da Assembléia, e estamos fazendo à sociedade do Paraná e aos representantes legítimos do povo, nesta Casa.

Pudemos ter, ainda mais, o compromisso de que esta matéria será resolvida. É por isso que a nosso pedido, Sr. Presidente, o Sr. Governador do Estado encaminhou a cerca de 15 dias, ao Líder do Governo na Câmara dos Deputados, o dossiê que é integrado pela descrição clara de todos os crimes e delitos contra a administração cometidos pelo Diretor-Presidente da TELEPAR. E o Deputado Roberto Freire, Líder do Governo na Câmara dos Deputados comprometeu-se submeter a matéria à Presidência da República.

Ontem, ainda, tivemos notícias de no-

vas adesões ao interesse público. Ontem, ainda, tivemos o compromisso de Parlamentares Federais, da Bancada Federal do Paraná no Congresso Nacional, de se unificarem para fazer a perda da direção da TELEPAR os corruptos de "quatro costados" que fazem da TELEPAR um instrumento de corrupção, de enriquecimento e de jogatina, e que fizeram transformar a Diretoria da TELEPAR num verdadeiro "sindicato do crime"!

Se há ataques contra este Parlamentar e aí, Deputado Erondy Silvério, a importância da representação parlamentar, da representação popular, porque as representações popular e parlamentar visam, justamente, proteger, resguardar os interesses de todo o povo! Porque quando um Parlamentar cumpre o seu dever é natural e normal que venha a sofrer os ataques da reação daqueles que se sentem alcançados pela sua denúncia. E isto resguarda os interesses da sociedade. Assim é com a representação sindical e associativa. É uma representação que visa garantir um escudo aos interesses populares.

Mas, Sr. Presidente, uso do Grande Expediente para conclamar os Srs. Parlamentares do Paraná a trilharem, a continuarem seguindo este caminho. Não é o caminho neo-udenista. Não é o caminho moralista, que busca alcançar...

O Sr. Dr. Rosinha - Permite-me um aparte?

O SR. LUIZ H. BONA TURRA - Em seguida, Sr. Deputado.

...que busca fazer alcançar com o moralismo ou com a pretensa busca da moralidade, todos aqueles que exercem com isenção os interesses públicos. Não. Creio, é preciso identificar com clareza, que se há novos crimes, se há crimes que não noticiados e que já deram nos inquéritos próprios, que aqui noticiei, há os crimes antigos, aprovados pela Assembléia Legislativa.

BANESTADO Reflorestadora: a Presidência desta Casa, Deputado Orlando Pessuti, quando Relator de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os crimes praticados no âmbito da BANESTADO Reflorestadora, nos idos de 80, constatou em seu relatório que o atual Diretor-Presidente da TELEPAR, Senhor Paulo Cordeiro, apropriou-se, fraudulentamente - e isto é objeto de processo penal próprio, por crime de furto e apropriação indébita - de dois aparelhos de ar condicionado da BANESTADO Reflorestadora. E isso fazia do hoje Presidente da TELEPAR um mero ladrão de galinhas, e esse que era um ladrão de galinhas, que responde também por processo penal próprio, que responde em processo penal como réu em crime contra

a administração por ter contratado, na condição de Diretor da BANESESTADO Reflorestadora, sua própria empresa para prestar **SERVIÇOS AO BANESESTADO**. Agora, de ladrão de galinha se transformou num ladrão federal, num malandrão federal, que mobiliza num só negócio 480 milhões de dólares a título de expansão do sistema de telefonia do Estado a um custo que vai para terminal - e aqui a denúncia em cada terminal telefônico, e esta é a noção e o conceito embutido na carta endereçada a todos os Parlamentares, que a cotação de um terminal telefônico na TELEPAR é de 80 milhões de cruzeiros a diferença virtual em relação a este preço, em um terminal, em uma linha é resgatada pela TELEPAR; e a diferença hoje Sr. Presidente, Srs. Deputados, é de 80 para 120 milhões de cruzeiros, é de quarenta mil cruzeiros reais em cada aparelho telefônico. E a Fone-Sul em cada aparelho telefônico que tem, cada linha que recebe a quantia de 5%. É uma comissão recebida e com certeza dada a todos impatriotas e corruptos que assaltaram a TELEPAR e que por certo serão ateados pela Presidência da República por força que terá este Parlamento e a sociedade civil organizada.

Pela ordem, Deputado Florisvaldo Fier.

O Sr. Dr. Rosinha - Agradeço o aparte que V. Exa. me concede.

Quero lembrar que acerca de um mês atrás estive na tribuna desta Assembléia dizendo que tinha em meu poder a cópia de uma fita gravada entre um ex-Diretor da TELEPAR e um Diretor da TELEPAR, aonde eles dividiram a caixinha. Esta cópia de fita foi entregue ao Ministério Público Federal, que esperamos, solicitem ajuda, que acatem a representação lá feita pelo sindicato dos telefônicos e solicitem a colaboração da Polícia técnica para identificar se verdadeira e quem são as pessoas que estão envolvidas. Também naquele momento eu recebi o xerox de uma folha de fax, onde coloca como se dá a divisão, coloca-se o número de contas que são depositadas em ouro. E fui atrás da empresa a qual estava colocado o número desse fax. Falando com o empresário, ele me disse que teria emprestado o fax para alguém. Falei que se ele emprestou procurasse saber para quem, porque eu iria levar a Polícia Federal. Na parte da tarde, esse empresário me telefonou e disse que tinha emprestado o fax para Geraldo Braga que trabalhava no POLIPLAN, que era empresa que fez a campanha de Luciano Pizzatto à Prefeitura de Curitiba. Tal cópia de tal fax também está no Ministério Público para que o Ministério Público procure verificar e averiguar todas as pessoas que estão envolvidas, e se o que está escrito no fax, se o que foi dito na fita e regravação por nós é

real; porque se for verdadeiro o que está constando ali, a TELEPAR é lesada entre 30 e 50 mil dólares por mês, desviados para uma caixinha dois, para a campanha de Paulo Cordeiro e para a campanha de Luciano Pizzatto para o ano que vem. Isto está escrito na documentação que foi encaminhada ao Ministério Público pelo Sindicato dos Telefônicos.

O que nós cobramos é que toda esta documentação seja analisada e que seja entregue à Polícia Federal para que ela possa averiguar o que ocorre na TELEPAR. Se é verdade ou não. Números de contas estão colocados naquela documentação. E mais, existe dentro da TELEPAR uma agência do Banco Real e existe depósito naquela agência. Essas pessoas que estão desacatando V. Exa. e outros, como foi desacatado o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, basta ser muito fácil para provar que ele não está desviando dinheiro. Que ele quebre o sigilo bancário dele e dos seus apaniguados.

Aí teremos a solução. Se ele for honesto que faça isto. E se for honesto que responda o pedido que foi aprovado nesta Assembléia Legislativa solicitando cópia da licitação para contratação das empresas EQUITEL e outras empresas, e também um contrato formulado com essas empresas. Por que ele não faz isto? Porque teme a verdade.

O Sr. Erondy Silvério - Muito obrigado a V. Exa. pela oportunidade do aparte.

Quero me congratular com a posição que V. Exa. toma em defesa da sociedade paranaense que tem um grande apreço pela TELEPAR.

Nós que estamos na vida pública há quase quarenta anos, acompanhamos "passo a passo" o desenvolvimento da TELEPAR, desde o tempo que era Companhia Telefônica Paranaense, e que foi desapropriada pelo então Prefeito de Curitiba, Ney Braga, a população curitibana tem acompanhado a vida da TELEPAR.

Lamentavelmente na última década pessoas inescrupulosas, nomeadas pelo Governo Federal, porque o Governo Estadual perdeu durante os Governos revolucionários o controle acionário da TELEPAR, lamentavelmente essas pessoas inescrupulosas montaram dentro da TELEPAR uma verdadeira quadrilha. É o Ali Babá, Paulo Cordeiro, e os quarenta ladrões da TELEPAR.

Então, é só o clamor popular. Eu não acredito, ouvi com atenção a palavra de V. Exa., ouvi com atenção o aparte do nobre Deputado Florisvaldo Fier, mas eu não acredito em Polícia Federal, eu não acredito em inquérito policial porque o P está aí solto gozando a vida. É só o clamor popular. É só haver vontade política do

Congresso Nacional porque cabe ao Congresso Nacional averiguar essas denúncias que V. Exa. e que a sociedade paranaense está formulando, porque nós vimos durante o Governo Sarney inúmeros inquéritos abertos. Foi um Governo corrupto. Terminou o seu Governo. Deixou a economia brasileira aos frangalhos e hoje está aí como candidato a Presidente da República novamente.

Então, acho que só o clamor popular, só o movimento de base levará os congressistas a constituir uma Comissão Parlamentar de Inquérito. E aí me assalta uma dúvida: se a Assembléia Legislativa também não tem esses poderes porque o Governo do Estado e nós representamos aqui o Governo do Estado, nós representamos o povo do Paraná - o Governo do Estado é acionista, embora minoritário, mas é acionista - então me cabe uma dúvida, não sei, talvez consultando a Procuradoria da Justiça da Casa aqui, se não cabe também uma CPI nesta Assembléia Legislativa, porque os fatos que V. Exa. denuncia são escabrosos e nós não podemos mais nos calar. O povo está cansado de corrupção. O povo está cansado de bandalheira. Este País tem um inflação de um por cento ao dia por causa da corrupção, porque é um País rico. No instante que acabar a corrupção pagamos nossa dívida interna, nossa dívida externa e o povo brasileiro vai viver feliz. Nós não precisamos ver mais funcionário que vêm aqui dizendo que o salário do funcionário é uma piada. Por quê? Porque existe corrupção. Enquanto não acabar a corrupção neste País, não vai haver conserto. Nenhum Governo conserta esta Nação se não acabar com corrupção.

Então tem que começar pelas Casas Legislativas. Veja V. Exa. que é um moço estudioso, talvez caiba a este Poder Legislativo que representa os interesses do povo paranaense desde que o Governo do Estado se unisse, embora minoritário, se não cabe aqui também uma CPI pelo menos para efeito moral, para mostrar à população do Paraná que nós não estamos inertes diante das escabrosas denúncias surgidas contra a TELEPAR.

Muito obrigado.

O SR. BONA TURRA - V. Exa. tem inteira razão, Deputado Erondy Silvério, ao afirmar que somente a mobilização das forças políticas, das forças democráticas, da sociedade é capaz de fazer superar esta e outras situações correlatas. Sobre a Polícia Federal quando o Deputado Luiz Carlos Alborghetti no seu programa televisivo, fez constar com todas as letras os indícios veementes e evidências que hoje são provas cabais de delitos e crimes no âmbito da TELEPAR, ensaiou o Sr. Presidente da TELEPAR - Paulo Cordeiro, encenação para

fins publicitários e dirigiu-se à Polícia Federal - Superintendência do Paraná, pretextando lá fazer registrar contra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, queixa ou então representação por tentativa de extorsão e chantagem. E o que disse o Superintendente da Polícia Federal após visita do Sr. Presidente "PC" da TELEPAR: que lá esteve o Diretor-Presidente da TELEPAR - Paulo Cordeiro, em mera visita, sem nenhuma queixa ou representação e que aquilo não passava de encenação com finalidade publicitária.

Portanto o Deputado Luiz Carlos Alborghetti com todas as letras acusou ao povo do Paraná por seu programa de TV, que o Diretor-Presidente da TELEPAR era corrupto de "quatro costados". E o que fez esse Sr. senão uma encenação! Porque o homem que não defende a si próprio não merece ser defendido por ninguém. Se é, se há e houve a acusação de corrupção e essa foi feita como vem sendo feita com todas as letras. Não é possível que um homem público, idôneo, correto, apenas se cale e se limite a maricar-se e a acocorar-se diante da denúncia sem nada fazer para defender a sua honra. Esse não merece ser Diretor-Presidente da TELEPAR, esse merece estar na penitenciária que é o lugar de ladrão, que é o lugar de corrupto sem-vergonha como esse Diretor-Presidente.

Portanto, ainda sobre a Polícia Federal, já há inquérito a Requerimento da Procuradoria da República instaurado com base nessas notícias. E estamos numa situação que basicamente pode ser simplificada do seguinte modo, Sr. Presidente e Srs. Deputados: a Bancada Federal tem na sua cota de relações com o Governo Federal, sempre muito estranhas, a designação da Direção da TELEPAR. Iniciou-se desde domingo um movimento concreto integrado por um grupo de Parlamentares do PMDB, do PSDB e tenho certeza que vai ter também a contribuição de outros Partidos Políticos. Iniciou-se um movimento no sentido de submeter essa matéria à Presidência da República, que é quem, em última análise, terá de resolver essa questão. Concluo que não basta apenas a substituição da Diretoria da TELEPAR, é preciso que tenhamos auditoria mais ampla, é preciso que tenhamos o cancelamento de todos os contratos fraudulentos praticados naquela Companhia, para que não apenas os ataques de natureza moral como os deferidos contra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti ou contra mim, mas inclusive os ataques físicos como aquele deferido pelo funcionário que denunciou uma licitação fraudulenta da ordem de dois milhões de dólares para obras no prédio central da TELEPAR, e teve o seu carro incendiado e a sua casa invadida por agentes à serviço da Presidência da TELEPAR.

É preciso acabar com a roubalheira, com a corrupção e com a violência que sustenta todo esse esquema. Agradeço a atenção e, tenho certeza que nós paranistas e paranaenses seremos capazes de acumular forças e energias para devolver a TELEPAR ao Paraná e aos paranaenses.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - No Horário das Lideranças, está com a palavra o Deputado Dr. Rosinha, do PT.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No horário do Pequeno Expediente, fiz uso da palavra, colocando a situação dos trabalhadores do setor da Saúde, da Prefeitura de Curitiba, meus companheiros e companheiras de trabalho.

Nós não esperávamos a visita dos companheiros à Assembléia Legislativa, mas conversei com o Presidente e ele pediu que em nome dessa Casa, desse as boas vindas a todos os companheiros e queremos lembrar que esta Casa sempre recebeu de portas abertas quem aqui procurou, inclusive na greve de 1986 quando o então Deputado Rafael Greca pediu que abrissem os portões, para que aqui dentro, ficassem os grevistas que estavam sendo agredidos pela Polícia Militar. Neste momento nós queremos dizer que esta Casa novamente se abre e novamente fará ouvido, terá ouvidos às reivindicações dos trabalhadores.

Fizemos um pronunciamento e o Deputado Paulo Maia, Líder do PDT, disse-nos que está preocupado e que procurará o Prefeito Rafael Greca amanhã, no sentido de que ele abra as negociações e elabore junto com os líderes do movimento, uma proposta de política salarial e de reposição das perdas que hoje, somados os últimos 4 anos e meio, ultrapassam a 400% de perdas salariais.

Sabemos que a administração pública de Curitiba tem condições de atender às reivindicações dos trabalhadores, por algumas razões. Uma delas, fez contrato com a ECO para atender as crianças das escolas. Disse que não se paga por tal contrato. Se não se paga, qual é o favor? Mas uma segunda questão entra: se contrata uma empresa privada para atender a saúde do escolar, é porque não confia em nós, que somos seus servidores, não confia em nós, no caso, eu, que sou pediatra e os demais companheiros pediatras e os auxiliares de saúde, de enfermagem e técnicos odontológicos, porque acha que o serviço não serve para as crianças das escolas da rede pública. Portanto, não confia nos seus trabalhadores.

A outra razão que demonstra que tem condições econômicas é que a Nielsen-Pro-

paganda e Maria, fez uma pesquisa e divulgou que no ano de 1992 a Prefeitura de Curitiba colocar-se, em despesa, em 23º lugar no Brasil, mas ao dividirmos pelo número de habitantes que aqui vivem, nós constatamos que ela gastou 2 dólares "per capita" em propaganda.

O Governo do Estado, junto com o BANESTADO gastou 1,44 dólar. A Prefeitura de Curitiba teve a maior despesa "per capita" em publicidade e propaganda no ano de 1992, o que demonstra que há condições para isso, mas a Prefeitura investiu no aniversário da cidade, nos seus 300 anos e contratou, sem licitação uma empresa para fazer uma exposição na Casa Vermelha, contrato esse que depois foi prorrogado também já em cima do anterior que foi contratado sem licitação, o que demonstra despesas sem necessidade.

E mais, dias desses o ex-Prefeito tinha recebido 4 meses sem trabalhar. Depois devolveu, mas recebeu. Antes de sair da Prefeitura, o ex-Prefeito aposentou o motorista da Prefeitura, de nome Alceu Seccon (?) como assessor do Prefeito, símbolo C-2. Se o motorista ganha cerca de 8,9 ou 10 mil, este símbolo de assessor, ganha de 80 mil para cima.

Alguém que foi soldado se aposentou como general no final da sua carreira. Isso nós não podemos aceitar, nós que somos trabalhadores do serviço público queremos salários corretos, decentes e com ascensão por merecimento, e não por apadrinhamento. Por isso, a Prefeitura tem dinheiro, e como Rafael aqui para dentro trouxe os professores, em defesa daqueles professores, nós queremos dizer que cabe, agora, ao Prefeito Rafael Greca negociar com seus servidores, uma vez que o discurso não pode ser diferente da prática, senão, anteriormente, era pura demagogia. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Peço a compreensão, de novo, dos companheiros, que infelizmente não é permitido essa expressão, essa manifestação, nem a favor, nem contra.

Convidamos o Deputado Luiz Carlos Zuk para usar o Horário da Liderança do PDT.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Nós da Bancada do PDT na pessoa do nosso Líder Paulo Maia, das pessoas do Deputado Algaci Túlio, Emilia Belinati, do Deputado Cezar Silvestri que aqui se encontram, e ainda mais os Deputados Namir Piacentini e Luiz Carlos Martins, sabemos, perfeitamente bem, que nessa saudação aos senhores funcionários da Prefeitura de Curitiba do setor de saúde, o fazemos com isenção e principalmente com participação. A isenção nossa é porque de perto conhe-

ceмос, a Prefeitura de Curitiba tem dado, em todos os momentos aonde o consenso é encontrado, provas de que o funcionalismo da Capital sempre tem sido atendido naquilo que realmente reivindica, em posição de greve, em posições de apoio, e esta greve tem a participação desta Bancada. Nós iremos ao Senhor Prefeito Municipal o ex-Deputado Rafael Greca, que também o Deputado Rosinha aqui disse, da época que ele era Deputado e apoiava os movimentos, nós também apoiamos, mas entendemos que a razão pela qual é levada ao entendimento não é a paixão, e sim a sinceridade do acerto. Nós estaremos dando aos Senhores e Senhoras que aqui nos honram com a sua presença, fazendo com que o Prefeito de Curitiba seja solícito e tenha naquilo que realmente tenha em seu alcance, de um manuseio pelo qual zela a administração do município que é o seu orçamento, as reivindicações possíveis de serem atendidas.

Passei pela administração de Ponta Grossa como Prefeito e na nossa época nós podíamos e tivemos a ocasião de dar a condição pela qual o funcionalismo de Ponta Grossa caso específico são os professores municipais que recebiam mais do que os professores do Estado, porquê? Porque Ponta Grossa é uma cidade que tinha e tem e possui uma riqueza pela qual oferece aos seus servidores aquela condição que realmente é de reclamo deles.

Curitiba, aqui se encontra, o Prefeito que aí se assenta nós sabemos, perfeitamente bem, a sua origem. Qual é o seu meio, qual o seu destino, qual seu interesse? É realmente o interesse de levar Curitiba a ser o que ela é e o que ela será sempre: um exemplo a esta Nação e a este mundo em administração pública. Claro, é natural, os percalços existem como esse que aí está sendo testemunhado por todos nós. Mas haveremos de encontrar dentro da razão, dentro do entendimento aquilo que realmente os Senhores e Curitiba possa lhes oferecer.

Nós aqui estamos, o interessante, e a nossa liderança ali está, e nós sabemos que nesta Casa os salários são miseráveis, o salário do Estado aí está, a Polícia Civil, a Polícia Militar, as promoções que há mais de um ano não ocorrem! O Governo do Estado aqui se encontra assentado pela maioria da Casa e o que nós vemos? Vemos isso que os Senhores estão vendo, que é movimento de toda ordem, de toda sorte, mas nós temos a certeza de que do nosso lado, nas nossas administrações haveremos de dar condições, realmente, pela qual o entendimento seja oferecido.

Concedo um aparte ao Deputado Paulo Maia com muito bom gosto.

O Sr. Paulo Maia - Eu me solidarizo, ob-

viamente Vossa Excelência se pronuncia em nome da nossa Liderança e da nossa Bancada. Inclusive, a partir desse momento eu solicitei para um entendimento com o Deputado Rosinha a fim de que pudéssemos ouvir a liderança do movimento diante da Bancada para que a gente tente fazer alguma coisa. Com certeza as nossas origens nos movimentos paradedistas no Paraná não se esvaíram, e nós somos solidários a essas manifestações.

Agora, lamentamos com certeza e vamos lutar para que o entendimento e a razão prevaleçam. Conhecemos a realidade.

Vossa Excelência coloca muito bem, como nessa semana nós colocamos também desta tribuna, a realidade até desta Casa. É que nesse momento os próprios funcionários hoje da Prefeitura de Curitiba que estão se manifestando saibam que a maioria dos salários desta Casa são salários vergonhosos, estão aquém do salário mínimo ou na condição de salário mínimo. Tem nesta Casa funcionários que não têm condições, muitas vezes, de virem trabalhar porque não têm como comprar vales-transporte.

Agora, como muito bem colocou o Deputado Zuk, a verdade está colocada toda vista em cima do funcionário público, seja ele da Prefeitura de Curitiba, seja ele da Prefeitura de Londrina, seja ele de qualquer Prefeitura do Estado do Paraná, seja ele do Governo do Estado. Tem tudo para se fazer tudo, mas quando se fala em salário de funcionário público é essa vergonha, é essa discriminação, é essa falta de respeito, é essa falta de consideração.

Por isso, com certeza, os Senhores e as Senhoras levarão desta Casa o apoio e a tentativa da Bancada do PDT em procurar, junto ao Prefeito de Curitiba, esse entendimento que coloca muito bem o Deputado Zuk da tribuna.

Agora, vejamos bem, companheiros, somos oriundos dessa luta e estamos vendo a cada instante que para o funcionário público de qualquer Poder - e nós já citamos aqui um dos Poderes, que é a Assembleia Legislativa do Estado do PR - não tem dinheiro nunca para os trabalhadores, mas se tem dinheiro para se fazer tantas coisas que, muitas vezes, não contemplam os anseios dos trabalhadores.

Por isso, nós tentaremos sensibilizar, como estaremos aqui tentando no caso dos funcionários públicos. Temos citado, frequentemente, a postura da Bancada do PDT na tentativa de se achar um denominador comum.

O funcionário público do Estado do Paraná também ganha miséria. Agora, não falta também dinheiro para fazer a propaganda dizendo que o funcionário público do Estado do Paraná ganha excelentes salários.

Isto é a vergonha que paira sobre o funcionário público indistintamente.

E não nos cansamos de registrar isso nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Eu queria a benevolência da Presidência em conceder o aparte ao Deputado Ernani Pudell.

O Sr. Ernani Pudell - Quero parabenizar a posição da Bancada do PDT e acredito que, sem entrar no mérito da reivindicação dos servidores do Município de Curitiba porque sabemos que cada nível de Governo tem a sua realidade.

A Prefeitura de Curitiba está ainda com uma arrecadação razoavelmente privilegiada, cerca de 80% do que arrecada o Estado do Paraná, não se compara, obviamente com municípios de pequeno porte e nem poderemos comparar a Prefeitura de Curitiba com outras administrações pelo Brasil que, com certeza, devem ter melhores condições de pagar os salários dos funcionários.

Agora, eu me lembro aqui, fui testemunha do Prefeito Rafael Greca, brilhante orador que é, fazendo desta tribuna que está Vossa Excelência os manifestos e as orações talvez mais apaixonadas e brilhantes em defesa do funcionalismo e da democracia.

Acredito que o fundamental a se conseguir do Prefeito Rafael Greca, que será de Vossas Excelências é que ele receba com espírito democrático, com as portas abertas, os funcionários, e que tenha uma discussão absolutamente transparente com relação à reivindicação dos funcionários. Recebê-los. Isso é o que se espera do ex-Deputado Rafael Greca.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Deputado Luiz Carlos Zuk, queira encerrar, porque seu horário já passou em um minuto e meio.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - O Deputado Rossoni, nobre Presidente, cede-me o Horário do Bloco Independente.

Agradeço os apartes do ilustre Deputado do PT e do nosso companheiro do PDT.

Mas, queríamos dizer que quanto a este movimento, nossa Bancada, nesta Casa, estaremos conjuntamente com os dois Deputados mais ligados a Curitiba, no caso o Deputado Algaci Túlio e o Deputado Luiz Carlos Martins, que convivem conosco o dia-a-dia da grande Curitiba, nós que representamos este Paraná, neste Parlamento, nós haveremos de ter, realmente, um entendimento, a ser oferecido à liderança deste movimento. E o Deputado Paulo Maia, durante o transcorrer desta reunião já se ante-

cipou em fazer com que a sua assessoria entrasse em contato com o Prefeito Municipal desta Cidade, para que nós, nesta tarde ou mais tardar no dia seguinte, de manhã, nós estaremos juntos, já de posse daquilo que é reivindicado, para ser o possível a ser oferecido, naquilo que pode ser atendido.

Mas, o que me levou, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a usar da palavra, concedida pelo ilustre Deputado Rossoni, que nos oferece, nesta ocasião o tempo do seu Partido, do Bloco Independente, nós queríamos dizer da satisfação de Ponta Grossa e da região dos Campos Gerais, daquilo que testemunhamos no último domingo, num dos maiores programas da rede nacional de televisão, a Rede Globo, deste País.

Ali testemunhamos de que uma das maiores atrações a nível mundial ou a maior cratera mundial já estudada em profundidade, em sentido de origem arqueológica, aonde os estrangeiros que ali compareceram, trazendo aquele conhecimento da Europa, mais precisamente da Itália e Alemanha, fizeram uma avaliação e um estudo, aonde as furnas da nossa Cidade têm a oferecer a este mundo, o desafio daquilo que a natureza e Deus ali criaram.

Vimos, também, a magnífica Lagoa Dourada, onde a natureza também brindou Ponta Grossa com aquela "beleza", que somente quem lá comparece e testemunha faz com que palavra alguma descreva a beleza que ali se encontra.

Testemunhamos, também, naquele grande programa, "Fantástico", a nossa querida Vila Velha, a "Cidade de Pedra" a "Cidade do Índio", aquela "Cidade" que muitos e muitos historiadores fazem com que Vila Velha seja uma atração a todo o mundo, realmente trazendo a Ponta Grossa turistas que se assentam em todo o solo do universo.

Mas, para infelicidade nossa, Senhor Presidente e Senhores Deputados, neste mesmo programa nós vimos que as nossas belezas naturais eram referendadas como sendo localizadas a 180 ou mais precisamente a 80 km da Capital do Estado, Curitiba. Nunca mencionando que aquelas belezas naturais são e sempre serão bordados de Deus e da natureza do Município de Ponta Grossa.

Então, Srs. Deputados, estou entrando nesta tarde, para lembrar ao Sr. Governador do Paraná e mais precisamente à sua Secretaria e ao nosso particular amigo, José Afonso, para que ele possa em todos os informativos, em termos de turismo no Paraná, citar que fica a 80 Km de Curitiba, mas localizada no Mun. de Ponta Grossa. Nunca escondendo aquilo que realmente a mãe natureza nos deu, como filho, como realmente gratidão àquele povo ordeiro, à Princesa dos Campos, àquele família queri-

da da minha cidade.

Não é possível que isto que a natureza nos empresta seja escondida pelas autoridades maiores do turismo do Paraná.

Sei perfeitamente bem que o Secretário possa não ter culpa, mas a sua assessoria está realmente pecando para com a minha cidade.

E não só falando da minha cidade, mas estendo este requerimento para o nosso vizinho Mun. de Castro, com o seu "Canyon" vai de Castro até Tibagi e faz com que aquela beleza que lá vai ser instalada aquele hotel-modelo, aquele hotel-fazenda, aquele hotel-natural que realmente os empresários e a família de Castro e de Tibagi haverão de construir naquela atração turística daquele município também seja estendida como atração turística da região dos Campos Gerais.

E estendemos mais, temos ali o assentamento de outras belezas naturais que merecem por parte do Estado, pela Secretaria de Turismo e de Esporte a atenção devida que merecemos.

O Sr. Plauto Miró Guimarães - Deputado, só para lembrar que dentre essas belezas que estão dentro do nosso Município de Ponta Grossa, está também o Rio Verde, que você conhece e que é bonito, mas não é explorado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Agradeço. E pela lembrança do Plauto, temos o Rio Verde, o Buraco do Padre, temos o Alagado, a Capela Santa Bárbara - que é uma capela de duas centenas de anos.

Temos, enfim, tudo o que realmente é o interesse pelo qual podemos oferecer aos turistas brasileiros e estrangeiros e que não encontram realmente lá fora que é a beleza dos Campos Gerais, estendendo estes Campos Gerais também ao assentamento das colônias que ali desenvolveram, como na Irati de Toti Colaço; oferecendo a suplementação daquilo que nós, desde a Idade da Pedra, sabemos que realmente é o poder, é a decisão do poder; que há a FIAT LUX, o fogo; nós temos estendendo a essa malha, a nossa Imbituva, a nossa Palmeira, enfim, a tudo aquilo que é a riqueza da nossa região dos Campos Gerais.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados!

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Ainda no Horário das Lideranças, Partido Trabalhista Brasileiro - PTB..

(Declina).

PFL.

(Declina).

Encerrado o Horário das Lideranças.

Passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Senhores Deputados.

Sobre a Mesa, Ofício n° 1526/93, subscrito pelo Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que visa fixar, a partir de 1° de agosto do corrente, em CR\$ 77.609,30 (setenta e sete mil, seiscentos e nove cruzeiros reais e trinta centavos) o vencimento básico dos cargos de Auditor e Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de Resolução de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em n° de 06 (seis) de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Severino Félix, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Arlindo Troian, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 236/92, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Cultural e Beneficente Martinho Lutero, com sede no Município de Céu Azul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 124, de 01.09.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 236/92

PARECER:

O plano de lei em exame, de autoria do nobre Senhor Deputado Neivo Beraldin, objetiva declarar de Utilidade Pública a So-

cidade Cultural e Beneficente Martinho Lutero, com sede e foro no Município de Cerro Azul.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da proposição, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa, cabendo ressaltar o total atendimento aos preceitos contidos na Lei Estadual n° 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que disciplina normas para a declaração de Utilidade Pública de sociedade Civil no Estado do Paraná.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável, opinando pela aprovação da proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei Complementar n° 348/92, de autoria do Deputado Nelson Justus, que define requisitos básicos para a regulamentação do disposto no Parágrafo Único, do Artigo 12, da Constituição do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado (Publ. no D.A. n° 163 de 16.11.92)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 348/92

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Nelson Justus, objetiva a presente matéria definir os requisitos básicos para a regulamentação do disposto no Parágrafo Único, do Art. 12, da Constituição Estadual.

Analisada sob os ângulos a que esta Comissão é chamada a opinar, não encontramos obstáculos que a impeçam de ser apreciada pelo douto Plenário desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.11.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ernani Pudell, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 01 (uma) sessão.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - O Deputado autor do projeto não está presente à sessão de hoje. Gostaria de fazer o meu requerimento a V.Exa. e será imediatamente formalizado perante à Mesa, no sentido de que houvesse a retirada do Projeto por pelo menos duas Sessões porque, no mérito, o Projeto é muito bom, é excelente. Ele vincula a realização de convênios, a transferência de recursos entre municípios e o Governo do Estado através de um planejamento estadual e municipal que, inclusive vai de encontro aos interesses públicos

no sentido de utilizar com racionalidade as verbas públicas que são tão escassas em nosso País.

Todavia nós encontramos alguns vícios de inconstitucionalidade na forma como o projeto está redigido.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Comunico a Vossa Excelência que está em votação o vosso Requerimento. Está em discussão o Requerimento do Deputado Pudell.

O SR. RENATO ADUR (Para Encaminhar) - E o Projeto ainda não?

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Não, só Requerimento para o adiamento de duas Sessões.

O SR. RENATO ADUR (Para Encaminhar) - Mas eu peço para encaminhar o Requerimento do Deputado Ernani. Nós também analisamos o Projeto 348/92, entendemos que o Projeto é importante; entretanto, nos reservamos o direito de apresentar uma emenda, nós aprovaremos...

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Deputado Renato Adur, um lapso dessa Presidência de permitir que Vossa Excelência discuta o Requerimento que não é permitido pelo Regimento. Está somente em votação o Requerimento.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Eu queria pedir ao Deputado Ernani Pudell que analisasse inclusive a nossa emenda, e em razão da nossa emenda talvez pudéssemos reconsiderar a questão do Requerimento do Deputado Ernani Pudell, uma vez que nós, na nossa emenda, pedimos que suprima essa expressão e a Assembléia Legislativa constante no texto do artigo 2° do Projeto de Lei Complementar 348/92.

Nós queríamos pedir ao Deputado Ernani Pudell que se houvesse possibilidade de nós aprovarmos hoje o Projeto do Deputado Nelson Justus, que nós entendemos como ele um Projeto importante; e que amanhã, ou na 2.^a discussão nós encaminharemos as emendas necessárias. Eu acho que aí não impediríamos o Projeto de entrar em 1.^a discussão hoje porque...

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Com a concordância do Deputado Ernani Pudell entra em votação o Projeto para ser retirado oportunamente.

Está em votação o Projeto.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Só uma questão me ocorreu agora, o Deputado me lembrou que é um Projeto de Lei Complementar e eu acredito que nós não poderíamos

De autoria do nobre Deputado Anibal Khury, o projeto de lei em exame visa revogar o Art. 7º, da Lei Complementar nº 46, de 20 de dezembro de 1989, que dispõe sobre vencimentos da Polícia Civil do Estado.

Designado relator o Deputado Oswaldo Trevisan, mereceu deste parecer contrário, sob a alegação de que infringe o disposto no inciso III, Art. 66, da Constituição do Estado, que relaciona a matéria entre aquelas cuja iniciativa seria de competência exclusiva do Governador do Estado.

O dispositivo invocado diz:

"Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição são de competência privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

.....
.....
.....

III - Organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;"

Note-se que no corpo do artigo é bem clara a ressalva de poder haver exceções desde que amparadas em outro dispositivo do texto constitucional.

"Data vênia", com todo o respeito que merece a opinião do Deputado Relator, num exame mais acurado da Carta Magna de nosso Estado, verificamos que o dispositivo invocado, através do qual se pretende conferir a competência exclusiva ao Poder Executivo para legislar sobre o assunto, é reproduzido em quase sua totalidade pelo inciso XI, do Art. 53, do mesmo Diploma Legal, que confere as mesmas prerrogativas ao Poder Legislativo, quando diz:

"Art. 53 - Cabe a Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

.....
.....

XI - organização do Ministério Público, da Procuradoria-Geral do Estado, da Defensoria Pública, do Tribunal de Contas, da Polícia Militar, da Polícia Civil e demais órgãos da Administração pública;"

Como se verifica, já que o Art. 66, acima transcrito, ampara claramente as exceções previstas na Constituição, e ao se constatar que o dispositivo do Art. 53, também transcrito, elenca a iniciativa do

mos até nem ter quórum para essa votação nesse momento. Então, talvez até, embora concordando com o posicionamento do Deputado Adur, eu faria a seguinte proposição à Mesa: o adiamento por uma Sessão, voluntaria amanhã e novamente em 1ª discussão, e o Deputado Nelson Justus já presente nós poderíamos fazer...

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Permanece o inicial. Está em votação o Requerimento. Senhores Deputados favoráveis ao adiamento por uma Sessão permaneçam como estão, os contrários que se levantem. Está aprovado por uma Sessão o adiamento do Requerimento. Fica portanto, adiada a discussão por 01 (uma) Sessão do Projeto de Lei Complementar nº 348/92.

O SR. ARLINDO TROIAN (Pela Ordem) - Eu queria que o Senhor fizesse uma verificação do número de votação, se há Deputados suficientes para serem votados as matérias.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Nós vamos atender oportunamente, que V.Exa. nessa questão levantada é matéria vencida no que foi aprovado. Nós estamos entrando agora na 1ª discussão do Projeto de Lei Complementar 46/93, de autoria do Deputado Anibal Khury.

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei Complementar nº 046/93, de autoria do Deputado Anibal Khury. Revoga o artigo 7º, da Lei Complementar nº 46, de 20 de dezembro de 1989. Com PARECERES CONTRÁRIOS da C.C.J., e FAVORÁVEIS da C.F. e C.S.P.. (Publ. no D.A. nº 09, de 03.03.93.).

PROJETO DE LEI N° 046/93

P A R E C E R:

Objetiva o projeto em epígrafe, de autoria do Deputado Anibal Khury, revoga o Art. 7º da Lei Complementar nº 46, de 20 de dezembro de 1989.

Com a proposição descrita, objetiva o autor modificar um dos institutos que constituem o regime organizacional da estrutura da Polícia Civil. Entretanto, estabelece o Art. 66, inc. III, da Constituição Estadual, ser de iniciativa privativa do Governador do Estado leis que disponham sobre organização de Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar.

Assim sendo, entendemos viciada de inconstitucionalidade a matéria, em razão da competência de iniciativa, motivo que nos leva a dar parecer contrário à mesma.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

* nobre Deputado Anibal Khury entre aquelas que se podem originar do Legislativo, não vemos como se lhe possa atribuir qualquer vício quanto à iniciativa.

Nestas condições, requeremos ao Exmo. Senhor Deputado Presidente desta Comissão de Constituição e Justiça que acate este voto em separado, pela aprovação, e o submeta à apreciação deste colegiado.

É o voto em separado.

Sala das Comissões, em 23.03.93.

(a) NILTON BARBOSA

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 046/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Anibal Khury, objetiva o ora mencionado Projeto de Lei, revogar o artigo 7° da Lei Complementar n° 46, de 20 de dezembro de 1989.

Analisado pela Comissão de Constituição e Justiça, mereceu parecer contrário, fundamentado na prerrogativa de incorrer em vício de origem, em vista da matéria ser de competência exclusiva do Governador do Estado.

O artigo 66 da Constituição Estadual, o qual fundamenta o parecer daquela Comissão, diz: "Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de competência privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

III - Organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar".

Analisando o próprio artigo supracitado, notamos constar, que o mesmo ressalva poder haver exceção, desde que amparada em outro dispositivo do texto constitucional. Esta exceção, encontramos no artigo 53 da Constituição do Estado, cuja redação afirma: "Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente: XI - organização do Ministério Público, da Procuradoria Geral do Estado, da Defensoria Pública, do Tribunal de Contas, da Polícia Militar, da Polícia Civil e demais órgãos da Administração Pública".

Como se verifica, o artigo 53 da Constituição Estadual, elenca a iniciativa do Deputado Anibal Khury entre aquelas que se podem originar do Poder Legislativo, não existindo, desta forma, o supramencionado vício de origem.

Deste modo, o nosso parecer é favorável ao trâmite deste Projeto nesta colenda Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.04.93.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROJETO DE LEI N° 046/93

De autoria do nobre Deputado Anibal Khury, objetiva o ora mencionada projeto de lei, revogar o artigo 7° da Lei Complementar n° 46, de 20 de dezembro de 1989.

Analisado pela Comissão de Constituição e Justiça mereceu parecer contrário, sendo que em análise pela Comissão de Finanças, mereceu parecer favorável.

Esta Comissão de Segurança Pública, em análise ao mérito da questão, acredita que a Lei n° 46/89 "marginalizou" os Escrivães, Detetives e Agentes de Segurança, quando foram desvinculados dos Delegados de Polícia, já que a Polícia Civil é uma instituição que não funciona somente com o trabalho desses, mas principalmente com a colaboração daqueles, que prestam inestimáveis serviços à população.

Deste modo, deixando aqui o nosso voto de apoio à Comissão de Finanças pelo seu parecer acertado, opinamos favoravelmente à tramitação do projeto nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.05.93

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente
LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões. Retirado pelo autor.

Ainda, sobre o referido projeto, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. Aprovado.

O SR. ARLINDO TROIAN (Pela Ordem) - Mas eu peço verificação de votação sobre esse, então.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Sobre o mesmo Projeto existe o pedido de retirada da Ordem do Dia por dez Sessões.

Está em votação o Requerimento. Srs. Deputados favoráveis permaneçam como estão.

O SR. ARLINDO TROIAN - Eu peço verificação de votação agora.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Se a Mesa acata a questão de ordem do nobre Deputado Arlindo Troian eu peço chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Solicito ao Sr. 1° Secretário que proce-

da à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal)

Trinta e dois Srs. Deputados presentes.

Havendo número legal, continuamos.

A Mesa irá proceder à verificação de votação ao Requerimento do Deputado Anibal Khury. Deputados que aprovam permaneçam como estão. Os contrários que se levantem. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei Complementar n° 046/93.

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 328/93, de autoria do Deputado Toti Colaço. Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Deficientes Físicos de Ubiratã - ADEFIU. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 88, de 30.06.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 328/93

PARECER:

De autoria do Deputado Toti Colaço, o Projeto de Lei n° 328/93, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Deficientes Físicos de Ubiratã - ADEFIU.

Da análise do referido projeto, uma vez que o mesmo atende as exigências da Lei n° 6.994/78, emitimos nosso parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.08.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NILTON BARBOSA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 330/93, de autoria do Deputado Arlindo Troian. Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Terra Roxa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 88, de 30.06.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 330/93

PARECER:

De autoria do Deputado Arlindo Troian, o Projeto de Lei n° 330/93, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Terra Roxa.

Da análise do referido projeto, uma vez que o mesmo atende as exigências da lei n° 6.994/78, emitimos nosso parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.08.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOÃO IENSEN - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 334/93, de autoria do Deputado Nelson Justus. Con-

Curitiba, terça, em 17.08.93

cede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, "Post Mortem", ao Senhor Chain Leib Boiko. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 89, de 01.07.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 334/93

PARECER:

De autoria de Deputado Nelson Justus, o Projeto de Lei n° 334/93, tem por finalidade conceder o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, "Post Mortem", ao Senhor Chain Leib Boiko.

Da análise do referido projeto, em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.08.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NILTON BARBOSA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 360/93, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch. Declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Santa Rita D'Oeste. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 102, de 02.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 360/93

PARECER:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Élio Lino Rusch, tem por finalidade a declaração de Utilidade Pública da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Santa Rita D'Oeste, com sede no Distrito de Santa Rita D'Oeste, e foro na Comarca de Terra Roxa.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da matéria, constatamos a inteira atenção da iniciativa, aos ditames da Lei Estadual n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dita normas para a Declaração de Utilidade Pública de Sociedades Cíveis no Paraná.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça, dá seu parecer favorável, opinando pela aprovação do presente plano de lei, encontrando-se a matéria em perfeitas condições de seguir a sua normal tramitação processual legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.08.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 363/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Declara de Utilidade Pública a Associação dos Trabalhadores da Fundação de Ação Social do Paraná - ATFASP, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 363/93

P A R E C E R:

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, dispõe sobre a declaração de Utilidade Pública a "Associação dos Trabalhadores da Fundação de Ação Social do Paraná - ATFASP" com sede e foro nesta Capital.

Ao ser analisado por esta Comissão de Constituição e Justiça, não há nenhum óbice quanto a aprovação da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
OSWALDO TREVISAN - Relator

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 366/93, de autoria do Deputado Anibal Khury. Declara de Utilidade Pública o Instituto ECOPLAN. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 104, de 04.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 366/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Anibal Khury, o Projeto de Lei n° 366/93, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o INSTITUTO ECOPLAN, com sede e foro no município de General Carneiro e foro no município de União da Vitória.

Da análise do referido projeto, uma vez que o mesmo atende as exigências da Lei n° 6.994/78, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Sobre a mesa, Requerimento n° 2951, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 2976 a 2981, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2938, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 2935 e 2936, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 2968 a 2971, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. Aprovados. À Di-

retoria Legislativa.

Requerimento n° 2941, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2967, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2939, de autoria do Sr. Deputado João Iensen, constante do expediente. Aprovado. (A Matéria Acha-se Publicada no Final Desta Ata).

Requerimento n° 2950, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Aprovado. (A Matéria Acha-se Publicada no Final Desta Ata).

Requerimentos n°s. 2948 e 2949, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

O SR. CLEITON KIELSE (Pela Ordem) - Peço a palavra para registrar a presença do Prefeito de Santa Mônica, Sr. Palmiere.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Está registrada.

Requerimento n° 2947, de autoria do Sr. Deputado João Preis, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2966, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. Em Discussão.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Consulto à Mesa se já não foi votado Requerimento de Anibal Khury, idêntico ou semelhante e já tem uma comissão constituída. Se não me falha a memória, eu, como líder do PT já indiquei membro de uma comissão semelhante.

Achava interessante esse esclarecimento antes de votar.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Eu pediria a V.Exa., que pedisse para discutir, e encaminharemos para a sessão próxima.

O SR. DR. ROSINHA - Então, para discutir.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - O nosso Requerimento é para a formação de uma comissão para acompanhar a reforma constitucional do Congresso Nacional.

Eu acho que está havendo uma pequena confusão com o Deputado Rosinha, ou não?

O SR. DR. ROSINHA - Não, não está havendo.

Eu peço para discutir e até amanhã a Mesa pode analisar.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Esta Mesa não pode informar de momento se tem ou não tem Requerimento idêntico.

Por essa razão, pedimos para ser discutido na próxima Sessão.

Pego a compreensão do Deputado Renato Adur.

Requerimentos n.ºs. 2952 a 2959, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 2972, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 2975, de autoria da Sra. Deputada Emilia Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 2982, de autoria do Sr. Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. **Encerrada a Discussão.**

O SR. RENATO ADUR - Solicito verificação de votação.

O SR. PAULO MAIA - Solicito Chamada Nominal.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Pego ao Sr. 1.º Secretário que proceda a Chamada Nominal dos Srs. Deputados. **(É procedida a chamada nominal)**

Doze Senhores Deputados responderam à chamada. Não há quórum para o prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, e não havendo sessão amanhã, em função da presença dos Senhores Deputados no plenarinho, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte.

ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 236/92, 328, 330, 334, 360, 363 e 366/93.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 106 e 124/92, 244, 265, 303, 343, 345, 369 e 379/93.

Levanta-se a sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO JOÃO IENSEN, EM SESSÃO DO DIA 17 DE AGOSTO DE 1993.

"Pronunciamento do Senhor Deputado"

João Iensen"

Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados:

A Sociedade Brasileira está perplexa. A crise econômica é uma realidade que atinge milhões de pessoas causando desespero e desesperança no seio familiar. É o resultado de uma política perversa implantada no nosso País ao longo dos últimos anos. Sabemos dos esforços que a nova equipe do Governo Federal vem fazendo para reverter este quadro: o combate à fome, os programas de privatização, à redução do déficit público e o incentivo à produção agrícola e industrial. Mas tudo isto é apenas um início de uma caminhada que, queira Deus, seja promissora.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Estamos ingressando num novo tempo de debate político que preconiza a eleição de maior significado para o País neste século. E no meio deste debate nos deparamos com a grave suspeita da falta de lideranças políticas, já batidamente denunciada nos meios de comunicação, para comandar o destino desta Nação. É o alto preço do desgaste da classe política provocado pelas investidas de homens públicos corruptos e incompetentes, quando não por atitudes meramente autofágicas de políticos ingênuos despreparados para o exercício da função.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Nem tudo está perdido. Não nos perfilamos junto aqueles que profetizam o caos, a desordem e a desesperança. Por isto é nesta visão otimista que visualizamos uma perspectiva animadora na busca de um referencial político para o nosso País. O Paraná já se configura com um verdadeiro celeiro de idéias e de líderes capazes de ajudar o Brasil a buscar novos rumos que consolide a justiça social eliminando as desigualdades e se firmando como uma Nação soberana, fraterna e cristã.

Um destes expoentes aos quais me refiro tenho o orgulho de citar o nome do nosso Ministro da Indústria e Comércio José Eduardo Andrade Vieira. Um homem que vem mostrando ao Brasil o exemplo do trabalho eficiente e da honradez no trato com a coisa pública. Na realidade uma pessoa que traz consigo a marca da modernidade e do sucesso, qualidades que o identificam com os anseios do povo brasileiro.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

O Ministro José Eduardo Vieira é um homem rico, de posses. Poderia ficar em sua casa descansando, como todos nós sabemos. Mas, ao contrário, o Ministro José Eduardo Vieira sacrifica sua própria pessoa e a sua família para ajudar o Brasil a sair desta enorme crise que abala as estruturas do País. São atitudes corajosas

como estas que orgulham o Paraná e nos faz crer que esta Nação ainda tem futuro.

E o futuro, Senhor Presidente, Senhores Deputados, está na vontade dos homens públicos, como o Ministro José Eduardo Vieira em transformar esta cruel realidade dos nossos dias para vislumbrar uma nova era para todos os brasileiros.

Muito obrigado.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LOURENÇO FREGONESE, EM SESSÃO DO DIA 17 DE AGOSTO DE 1993.

"Quando Paranaguá tinha 295 anos"

Acho que o prefeito era o Paulo da Cunha Franco. Não me lembro bem e nem tive a preocupação de conferir o dado histórico. Valho-me da memória e do fato que o Brasil começava a sair do Estado Novo para entrar na era da redemocratização. Getúlio tinha, dois anos antes, acertado com os americanos a formação do Exército Expedicionário que lutava nos campos de batalha da Europa, mais precisamente na Itália.

Paranaguá ainda mantinha a regra do "Black-out", ou seja as residências só poderiam se iluminar "por dentro". As janelas deveriam manter cortinas compactas ou os vidros das janelas deviam ser vedados interiormente por materiais que impedissem a saída da luz para o exterior.

Tudo porque os alemães poderiam ressuscitar o "Cormoram" bombardeando Paranaguá!

No futebol formava-se um novo time. O D.N.C. Esporte Clube que gerou o Seletto. O Elite, time de escol, definhava. O Rio Branco e o Paranaguá mantinham-se firmes. O Paranaguá acabou virando Operário. Foi o primeiro time do P.T.

No basquete, à época com valor técnico

superior aos times da Capital, pontificavam o Olímpico, o Grêmio José Bonifácio, o Santa Rita e o Paranguá Esporte Clube. Empatavam ou perdiam para Ponta Grossa. Depois também veio o Seletto.

As "boites" freqüentadas eram as da Lucinda, Laura e Ciganinha. Depois veio a da Doroti, ali atrás da Santa Casa. Pouco depois vendeu para a "Mauzer", alemã de Joinville que com seus 1,80 de altura e "80 quilos" de peso justificava o nome que até hoje não sei se era próprio ou apelido, por causa do seu tamanho.

O café era a mola de Paranaguá. Os Armazéns Gerais sua renda. Ferraz, Nilson, Carvalho, Nin, Brazilian Warrant e outros eram os donos do negócio.

Joaquim Tramujas era só médico. Roque Vernalha também. Tornaram-se dois grandes líderes políticos. Hoje, Tramujas é ginásio de esportes, logo ele que tinha uma perna mecânica, e o Dr. Roque virou nome de rua, logo ele que dava consultas sentado à mesa do Café Pátria. Coisas de Paranaguá, minha terra.

Meu pai ainda tinha uma farmácia. Seu nome: Farmácia do Povo. Vendia remédios no caderno. Fiado. Um ano depois faliu. Pela primeira e última vez o povo não pagou a conta. Dali para diante, que eu me lembre, não só Paranaguá, Paraná ou Brasil, o povo vem pagando a conta de tudo. Como ninguém até hoje é culpado de nada, às vezes fico preocupado em pensar que de repente alguém pode achar que o culpado pela crise do Brasil foi meu pai que vendia fiado em 1943.

Cinquenta anos depois.

Álvaro Dirceu de Camargo Vianna
Advogado

E R R A T A

Diário da Assembléia n° 104, de 04/08/93

Pág. 38 (Comissão de Saúde Pública):

Onde se lê: "Projeto de Lei n° 391/93",

Leia-se: "Projeto de Lei n° 301/93".